



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E SUSTENTABILIDADE -
PPGCS

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SANTOS

COMUNIDADE QUILOMBOLA RIO DO SUL - NOVA VIÇOSA/BAHIA:
CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2024

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SANTOS

**COMUNIDADE QUILOMBOLA RIO DO SUL - NOVA VIÇOSA / BAHIA:
CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do título de mestre(a) em Ciências e Sustentabilidade.

Orientador(a): Prof. Dr. Leandro Gaffo

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia
Sistema de Bibliotecas

S237c Santos, João Paulo de Oliveira .
Comunidade Quilombola Rio do Sul - Nova Viçosa / Bahia: conflitos territoriais e socioambientais / João Paulo de Oliveira Santos. Teixeira de Freitas, 2025.
61 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Paulo Freire, Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial, Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade, 2025.
Orientador: Prof. Dr. Leandro Gaffo.

1. Comunidades quilombolas. 2. Conflitos. 3. Nova Viçosa (BA).
I. Título. II. Gaffo, Leandro.

CDD – 305.896

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SANTOS

**COMUNIDADE QUILOMBOLA RIO DO SUL - NOVA VIÇOSA /
BAHIA: CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Ciências e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Gaffo

Este trabalho foi submetido à avaliação e julgado aprovado em: 26/01/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA SCHMITT KAVALEK**
Data: 30/03/2026 20:42:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Débora Shimitt Kavalek
(UFSB)

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLE BARROS SILVA**
Data: 30/03/2026 20:34:57-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Danielle Barros Silva
(UFSB)

Documento assinado digitalmente
 **ELICA LUIZA PAIVA**
Data: 30/03/2026 20:12:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Élica Luiza Paiva
(UESB – UFSB)

Documento assinado digitalmente
 **LEANDRO GAFFO**
Data: 30/03/2026 18:54:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ORIENTADOR
Dra. Leandro Gaffo
(UFSB)

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àquela que me gerou em seu ventre e que tive o prazer de tê-la em vida por 41 anos e que tão breve foi arrancada de mim: Iladir de Oliveira Santos - Dona Didi - minha mãe (In memoriam).

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu criador, toda a minha gratidão por ser o autor de tudo o que sou.

A minha família: minha mãe Iladir de Oliveira Santos (In memoriam), meu tio Sirley de Oliveira Santos (In memoriam), meu avô Paulo José de Oliveira (In memoriam), madrinha Nalva Pereira de Souza e minha tia Tainara e minha prima Lara: a base de tudo o que sou.

Aos meus primos de perto e distantes que moram em São Paulo, Mundo Novo, Jordânia e Vitória da Conquista por todo apoio.

Aos meus amigos que são mais do que amigos, considero minha família e por isso chamo de irmãos: Day e Marcos Campos, Kau, Aninha e Marcinho, Amanda, Flávio Albuquerque, Maria da Glória e Jabson, Talita, Jenice, Sânia, Dolores, Denilson, Teo, Hiram, Luiz Henrique, Leonardo, Adegilson e família, Khalia, Leila e Dário e família, Greyce, Raíssa, Elba (que formatou e corrigiu esta dissertação) e tantos outros que eu posso até não citar, mas que estão presentes em minha vida.

Aos meus sobrinhos Davi, Talita, Daniel, Lucas, Vitória, Luiza, Heitor, Rafael, Débora, Alice, Hector, Vicente, Elisa, Júlio e Luna por todo carinho e admiração.

A Liziane Martins que me incentivou a persistir na pós-graduação e me ajudou no mestrado em Salvador.

A Leandro Gaffo, meu querido Orientador que me suportou e me apoiou, minha eterna gratidão.

A Júlio Rocha, meu primeiro orientador de mestrado por me ampliar o conhecimento acerca das comunidades tradicionais no Brasil.

Ao professor João Batista coordenador do Programa de pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade (PPGCS) pela serenidade, prestatividade, humanidade e competência que foi muito presente em minha vida durante o mestrado.

A todos os meus colegas de profissão da rede estadual e municipal em Teixeira de Freitas, em especial do CETEPES, CPM Anísio Teixeira, Geni Abutrabe Guerra e Gilberto Cardoso por todo suporte no cotidiano.

RESUMO

O reconhecimento de comunidades quilombolas é fundamentado no artigo 68 da Constituição Brasileira (1988), onde está expresso o reconhecimento da propriedade definitiva com a emissão de títulos pelo Estado. Os artigos 215 e 216 da Constituição também estabelecem, dentre outros termos, que o Poder Público, proteja e promova o patrimônio cultural brasileiro, utilizando-se de registros, inventários, vigilância, desapropriação e de outras formas de preservação. A Comunidade Quilombola Rio do Sul está localizada no Estado da Bahia, no município de Nova Viçosa, no território de identidade do Extremo Sul da Bahia. Foi certificada pela Fundação Palmares em 2005. A presente pesquisa visa analisar as territorialidades existentes na comunidade quilombola Rio do Sul, buscando enfocar o processo de formação territorial, os agentes presentes e possíveis conflitos - territoriais e socioambientais - advindos dos mesmos. Será feita de modo qualitativa, com observações, entrevistas com agentes sociais e de reflexões acerca da realidade estudada, sempre objetivando uma análise crítica na pesquisa.

Palavras-chave: comunidades; quilombolas; território; conflitos.

ABSTRACT

The recognition of quilombola communities is based on article 68 of the Brazilian Constitution (1988), which expresses the recognition of definitive ownership with the issuance of titles by the State. Articles 215 and 216 of the Constitution also establish, among other terms, that the Public Power protects and promotes the Brazilian cultural heritage, using records, inventories, surveillance, expropriation and other forms of preservation. The Quilombola Community of Rio do Sul is located in the State of Bahia, in the municipality of Nova Viçosa, in the territory of identity of the Extreme South of Bahia. It was certified by the Palmares Foundation in 2005. This research aims to analyze the existing territorialities in the quilombola community of Rio do Sul, seeking to focus on the process of territorial formation, the present agents and possible conflicts - territorial and socio-environmental - arising from them. It will be done qualitatively, with observations, interviews with social agents and reflections about the studied reality, always aiming at a critical analysis in the research.

Keywords: community ; quilombola; territory; conflicts

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa dos territórios de identidade do Estado da Bahia.....	15
Figura 2 - Mapa das Comunidades Quilombolas certificadas, 2012	16
Figura 3 - Mapa da Localização da Comunidade Quilombola Rio do Sul - Nova Viçosa/BA	28
Figura 4 – Mapa da Tipologia Climática Köppen - Estado da Bahia	30
Figura 5 - Mapas da área de Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa e Mata Estacional Semidecidual) em 1945, 1960 e 1974, respectivamente.	35
Figura 6 - Foto da estrada para Rio do Sul a partir da comunidade Bela Vista	37
Figura 7 -Região de planejamento e gestão das águas - III Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu	38
Figura 8- Mapa da análise de sobreposição de terras na Comunidade Quilombola Rio do Sul e Cândido Mariano	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Concentração de terras das Empresas Aracruz Celulose e Bahia Sul Celulose: municípios do extremo sul da Bahia (década 1990).....	332
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AQSUL	Associação Quilombola Rio do Sul
BHRPIJ	Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.
CEPRAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
MP	Ministério Público
MST	Movimento Sem Terra
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade
RPGA	Região de Planejamento e Gestão das Águas
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SecultBA	Secretaria de Cultura - Governo do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TERRITORIALIZAÇÃO.....	18
3 RIO DO SUL: FUGA E EXPROPRIAÇÃO	25
4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	57
ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA RIO DO SUL	61

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira (1988) - chamada de cidadã - é um marco na luta das comunidades quilombolas, pois nela o reconhecimento das comunidades é fundamentado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (ADCT) onde está expresso que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Já os artigos 215 e 216 da mesma Constituição estabelece, dentre outros termos, que o Poder Público, protegerá e “promoverá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Com esse marco legal, a luta das comunidades quilombolas toma um formato mais otimista para a época porque a partir de então, surge um novo momento em que a luta por sua base material de existência se torna positiva em um documento oficial do Estado Brasileiro. Desde lá até os mais de trinta anos que já se passaram, a luta pelo cumprimento dos direitos adquiridos pelas comunidades, tem sido árdua e causticante. É necessário compreender a formação do território dessas comunidades, em parte, relacionada com o meio natural vigente no território do extremo sul da Bahia: a presença da Mata Atlântica.

A mata densa, dificultando a circulação, formava uma larga faixa ininterrupta e se estendia por mais de 100 quilômetros do litoral para o interior. A floresta foi, sem dúvida, um dos fatores preponderantes do isolamento do litoral, separando-a do interior. Os pobres núcleos que se formavam ao longo da costa, isolados uns dos outros, pelas dificuldades naturais de comunicação, formavam praticamente comunidades fechadas, com saída unicamente pelo mar. “Durante três séculos não se criaram, na região, linhas de penetração Leste-Oeste, permanecendo esta área praticamente desabitada pelos brancos.” (Koopmans, p. 27, 2005)

A relação com as modificações do meio natural como consequência das atividades econômicas que se desenvolveram no território ao longo do processo de ocupação, também faz parte da história do Brasil. A extração de madeira, pecuária, agricultura de subsistência e a monocultura do eucalipto são algumas das atividades que geraram mudanças e também conflitos.

Elementos que compõem o território dessas comunidades como a terra e a natureza eram utilizados de forma diferente antes da chegada do capital externo, representados nas empresas multinacionais da eucaliptocultura, no caso da comunidade que é objeto de estudo desta

pesquisa. A influência de agentes externos à comunidade, que não respeitaram seus usos e costumes, mudou a relação com o ambiente em que vivem. Esta comunidade ainda está em meio ao processo de demarcação das terras para fins de desapropriação e titulação e ainda sofrem com a inércia ou morosidade do poder público, em um embate com as empresas da eucaliptocultura e latifundiários.

A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade (PPGCS) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) está inserida na linha Relações Socioambientais que trata das "relações das sociedades com os ambientes marcadas por distintas lógicas de uso e apropriação dos recursos naturais, que podem resultar em contextos de maior ou menor sustentabilidade".¹ Dessa forma, aprofundar na temática da eucaliptocultura e sua relação com as comunidades tradicionais do extremo sul da Bahia - especificamente a comunidade Rio do Sul - pode demonstrar como é importante levantar questões acerca da atual visão de desenvolvimento que justifica a monocultura de uma planta exótica à região, que naturalmente é local da Mata Atlântica que cobria a costa leste do Brasil e todo o litoral do estado da Bahia. Mesmo com uso da palavra "sustentável", o que se espera visualizar e demonstrar na pesquisa é que essa monocultura gerou e gera mudanças naturais e sociais no seio da comunidade em questão.

Pergunta-se: Como se dá o processo de formação territorial da Comunidade Quilombola de Rio do Sul e quais os conflitos de ordem territorial e socioambiental engendrados na comunidade? Para responder a tais perguntas de uma forma geral procura-se analisar as territorialidades existentes na comunidade quilombola de Rio do Sul, situada no município de Nova Viçosa - Bahia buscando enfocar o processo de formação territorial, os agentes presentes e possíveis conflitos - territoriais e socioambientais - advindos dos mesmos. Especificamente então, foi necessário descrever a formação territorial da comunidade quilombola Rio do Sul; analisar a presença da eucaliptocultura - como capital externo - e suas formas de se relacionar com a comunidade no tocante ao territorial e socioambiental; explicitar os conflitos existentes pela posse das terras, o processo de reconhecimento e titulação da comunidade e como estes repercutem sobre o território e caracterizar as relações entre os agentes presentes na comunidade e a natureza, e a relação atual com a indústria da eucaliptocultura, identificando possíveis alterações na fauna, flora, solo, água, conflitos territoriais e socioambientais e propor soluções.

¹ Disponível em: <https://ufsb.edu.br/cfdt/pos-graduacao/ppgcs-programa-de-pos-graduacao-em-ciencias-e-sustentabilidade>).

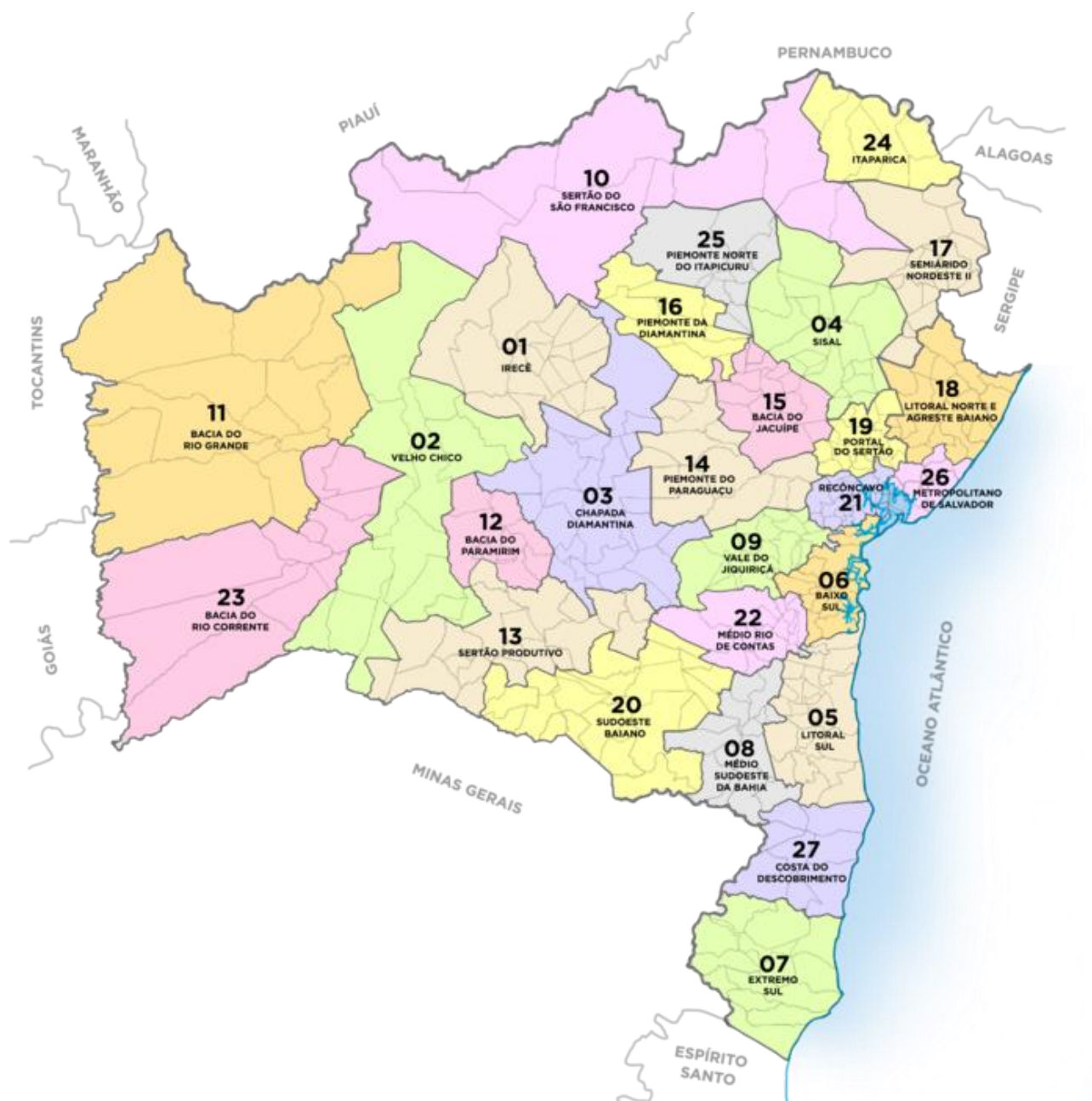
A comunidade quilombola Rio do Sul está situada no município de Nova Viçosa, juntamente com mais quatro comunidades. São elas: Helvécia, Mutum, Naiá e Engenheiro Cândido Mariano, localizadas no Território de identidade do extremo sul da Bahia (Território de identidade 07 na Figura 1 e Território H na figura 2). Segundo a SEPLAN (Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia), a regionalização do Estado da Bahia por territórios de identidade tem como objetivo identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de vinte e sete Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

O território de identidade do extremo sul da Bahia é composto por 13 municípios: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. As principais atividades industriais são representadas na indústria de papel e celulose, com uma população rural 23,3% e urbana de 76,7% em um universo populacional de 481.232 pessoas - segundo estimativas (SEI, 2020). Segundo o Grupo GeografAR, são aproximadamente 13 comunidades quilombolas certificadas no território de identidade do Extremo Sul da Bahia. (Santos; Souza, 2020, p. 2) Estas comunidades foram reconhecidas no ano de 2005 pela Fundação Cultural Palmares - FCP - (exceto Helvécia que foi reconhecida no ano de 2000).

A pesquisa de campo gerou informações que foram trabalhados de "modo qualitativo, lançando mão de observações, de entrevistas com agentes sociais e de reflexões acerca da realidade estudada, sempre objetivando uma análise crítica do objeto de estudo" (Salvador, 2012, p. 108). A análise foi processada de forma exploratória com investigação parcial da realidade, enfocando os agentes sociais, as diferentes atividades desenvolvidas, as desigualdades e contradições que marcam o espaço delimitado da pesquisa, no ponto de vista da comunidade.

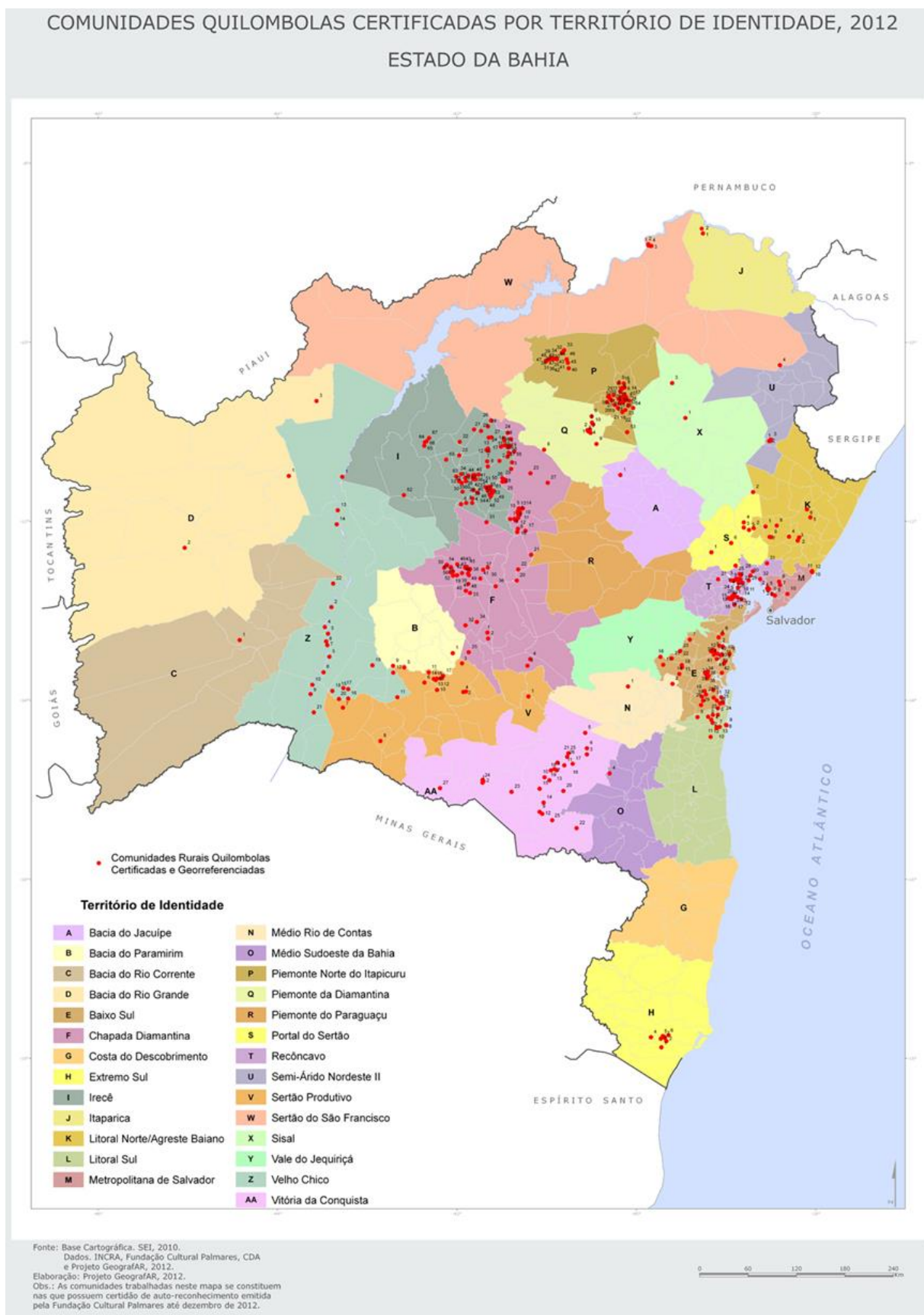
A revisão bibliográfica foi feita com a leitura de bibliografias referentes ao conceito de território, processo de territorialização de comunidades quilombolas, conflitos territoriais, conflitos socioambientais, luta pela terra das comunidades quilombolas, terras das comunidades quilombolas e capital externo e uso das terras dos remanescentes quilombolas visando alternativas sustentáveis para o desenvolvimento social e ambiental. A pesquisa documental abrangeu a comunidade, seu histórico e atuais processos de demarcação territorial pelo INCRA

Figura 1 - Mapa dos territórios de identidade do Estado da Bahia



Fonte: Site da SECULTBA, 2024

Figura 2 - Mapa das Comunidades Quilombolas certificadas, 2012



Fonte: Projeto GeografAR 2012.

(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e conflitos gerados a partir desses processos.

A revisão cartográfica foi feita a partir da análise dos mapas temáticos da Bahia e do território de identidade do extremo sul. Foram feitas entrevistas não estruturadas sem questionário, porém, com um eixo temático definido de acordo com a proposição do trabalho de pesquisa utilizando a amostragem não probabilística intencional. (Moreira, Santos, Moreira, 2021, p. 31)

Os trabalhos de campo permearam visitas à comunidade, aos órgãos públicos e as Universidades locais para coleta de dados porque segundo Serpa (2006, p. 12), “recortar espaços de conceituação na realidade, em coerência com os fenômenos que se deseja estudar e analisar é questão central para operacionalização do trabalho de campo em geografia”. Por isso a importância deste procedimento de coleta e processamento dos dados.

Mediante os temas estabelecidos para as entrevistas não estruturadas, um quadro foi elaborado com as temáticas em colunas e as respostas dos entrevistados nas linhas. Assim foi possível verificar as opiniões e fazer as devidas comparações e análises de maneira mais ampla e eficaz e ficou mais didático para visualizar/comparar as opiniões dos entrevistados.

2 TERRITORIALIZAÇÃO

O território é resultado das relações sociais que sustentam o lugar. Essa materialidade se manifesta no espaço apropriado e disputado. Da mesma forma que este possui importância fundamental na reprodução da vida, ele também é de suma importância na reprodução do capital. Na disputa territorial há grupos que se antagonizam, pois possuem interesses conflitantes no uso do território. A disputa entre a comunidade quilombola e as empresas da agroindústria do eucalipto é determinada pelo entendimento que cada grupo social tem do território. Segundo Santos (2008, p. 138) “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, onde se distingue a base material e a base social, ou seja, é no território que ocorrem as relações sociais/humanas.

Seguindo a ideia de Santos, é no território nomeado de “usado”, onde se pressupõe a presença humana em suas diversas relações, que acontecem os conflitos. Pode-se afirmar que conflitos de uso ou de interesses por diversos usos que, objetivamente, são opostos e não se complementam nem se completam no tocante à presença da eucaliptocultura em territórios de comunidades tradicionais, no caso da pesquisa em questão, comunidades quilombolas no território do extremo sul da Bahia.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (Lefebvre, 1986: 411-412 *apud* Haesbaert, 2014, P. 57)

Santos continua sua reflexão afirmando sobre a relação dos atores no bojo do território. São divididos entre atores hegemônicos e hegemonizados. Para aqueles o território é um recurso. Já para estes, o território é “como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares”. (Santos, 2000, p. 09) É perceptível como as comunidades quilombolas tentam garantir sua sobrevivência em meio ao sitiar de seus territórios pela presença da eucaliptocultura. A busca por certificação e reconhecimento de sua comunidade como quilombola, o olhar atento sobre as atividades das indústrias do eucalipto ao redor da comunidade, o diálogo com as demais comunidades no território, as atividades culturais que reafirmam sua identidade, são formas de sobrevivência.

Souza (2000, p. 78) define território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, e esta definição se une à de Haesbaert (2014, p. 57) quando este afirma que o conceito de território tem a ver com poder - “não apenas o tradicional poder político” -, mas também “quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. No contexto das comunidades quilombolas a serem pesquisadas, para se compreender seu processo de territorialização, sua relação com o ambiente e seus conflitos territoriais e socioambientais, torna-se necessário estabelecer, também, as relações de poder dentro e fora das comunidades. Quem são os atores presentes e como se relacionam com as comunidades. Como as relações de poder são estabelecidas e influenciam as comunidades e o seu território.

Com uma influência arendtiana, Brito (2006, p. 37) considera em sua análise que as ações desenvolvidas pelos agentes sociais que nutrem interesses [...] e demandas por um dado território devem ser mediadas por relações de negociações, as quais envolvem assimetrias que se manifestam por meio de conflitos de interesses e não igualdade. As assimetrias tornam-se patentes pelo grau diferente de capacidade de convencimento de que dispõe cada um dos agentes envolvidos na relação, segundo sua importância e natureza, no sentido de defender seus interesses e prover suas demandas [...]. Como resultado disso, um dado agente social, que na relação com os outros se move progressivamente, conquistando a anuência de seus pares, segundo uma ideia de consenso, irá, aos poucos, se habilitando a assumir a liderança no consenso e, portanto, exercer a posição de hegemonia no território.

E dessa maneira Brito (2006, p. 37) ainda expõe que território é uma parte do espaço geográfico que contém objetos de interesse comum a vários agentes sociais e esta unidade espacial é apropriada - não no sentido de posse, mas de reconhecimento da hegemonia de um dado agente - e usada por distintos agentes sociais sob a liderança de um deles, que se tenha tornado hegemônico mediante relações de poder.

A partir da conceituação de Souza (2000), que coaduna com a visão de Brito (2006), podemos compreender que o conceito de território está relacionado a “poder”. Por esse motivo a visão política da discussão é alicerçante sem diminuir a importância da visão natural, econômica e simbólica do conceito. Mas a descrição preponderante e norteadora atual da conceituação de território, permeia o político. (Souza, 2013, p. 89)

A natureza das relações sociais e de poder entre os habitantes de determinado território se dá de acordo com a acessibilidade aos recursos naturais, assim como o seu deslocamento. Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 288) as fronteiras, os limites territoriais, se colocam como

fundamentais para entender as relações sociais e de poder, o que implica relações de pertencimento e estranhamento [...], assim como relações de dominação e exploração através do espaço pela apropriação/expropriação de seus recursos.

A relação entre a população com o território em que vivem e a necessidade de reconhecimento tem sua base nas relações desenvolvidas com os atores que constituem o território antagonico que disputa e expulsa uma determinada comunidade do seu território. Desta forma, entende-se que:

o território é o conteúdo da relação e a relação mesma, com seu-outro, que é ele mesmo (próprio). É um retorno a si mesmo, sem sair de si, na relação entre indivíduos que vivem, sentem, percebem, compreendem. O articular-se em redes é, por exemplo, contraditoriamente, um fracionamento e vice-versa; a conexão significa desconexão. O território vem-a-ser, acontece em sua unidade interna e externa, numa relação entre sujeitos historicamente condicionados. O território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos; significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade. (Saquet, 2007, p. 163),

A formação do território ocorre no interior das comunidades quando se percebe que estas não lutam apenas por terra ou títulos de propriedades. As comunidades expressam que querem o seu “território”, também, no sentido imaterial. Segundo Haesbaert (2004, p. 20), “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”. Assim sendo, cada grupo social deve ser entendido na sua realidade territorial, pois é nesta relação que o grupo vai se constituindo como grupo, constituindo seu território e assumindo identidades, sendo este processo dialético. É nesse contexto que se dá a luta pelo direito ao território das comunidades tradicionais, pois este direito, segundo Rocha & Silva (2013, p. 43)

[...] é uma necessidade primeira e uma das principais demandas das comunidades quilombolas em todo o País. Essa necessidade de ter o reconhecimento da propriedade coletiva possibilita, inclusive, que a comunidade reclame por outros direitos (saneamento, saúde, moradia etc.), inclusive direitos culturais, do simbólico que envolve a apropriação coletiva do lugar.

Ainda segundo Serpa (2006, p. 09) de acordo com o conceito de apropriação, tal como definido pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, um processo efetivo de territorialização deve reunir, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta, de caráter predominantemente funcional, e uma dimensão simbólica e afetiva. A pesquisa em questão trabalhou com a dimensão funcional porque responde aos interesses dos objetivos da pesquisa.

Essas dimensões dão sentido ao sentimento de pertencimento das comunidades a terra que habitam e que se tornou seu território, bem como da territorialidade que essas comunidades

exercem nessas terras. Demonstra também a originalidade da luta pela terra que habitam e que o processo de reconhecimento e de titulação coletiva é necessário para materialização de todo o processo de territorialização.

Acerca do conceito de Comunidades tradicionais, podemos citar, a partir do que é positivado legalmente. Segundo o decreto 6.040/2007, Povos e Comunidades Tradicionais são

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, p. 01)

Seguindo o mesmo decreto, as comunidades habitam "Territórios Tradicionais" que são "os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária". É o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (ADCT) que garante "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras" o reconhecimento à propriedade definitiva, obrigando o Estado a emitir os títulos respectivos às comunidades. Segundo Moraes (2019, p.149)

o amparo legal é dado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto nº 4.887/2003. A Fundação Cultural Palmares tem a responsabilidade de emitir a certidão de autorreconhecimento da comunidade remanescente de quilombo. [...] Vale salientar que o critério do Decreto nº 4.887/2003 é o mesmo da OIT na Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais. Na condição de ser ratificada pelo Brasil, a convenção ganhou força de lei.

No caso específico do Estado da Bahia, segundo o art. 105, V da Constituição do Estado da Bahia, e de acordo com o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado da Bahia e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, criou-se o Decreto 11.850/09 onde se instituiu a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado da Bahia que tem por objetivo geral "reconhecer, promover e proteger os direitos das comunidades, respeitando suas identidades, formas de organização e instituições". Assim,

Consideram-se Comunidades Remanescentes de Quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, nos termos do Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. (BAHIA, 2009, p. 02)

Porém a discussão conceitual sobre a temática se aprofundou além do que a lei normatizou. Como afirma Leite (2000, p. 333) "falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção", não apenas discutir o que está na lei. Devemos partir deste marco e acompanhar as produções científicas que avançaram no decorrer dos anos, principalmente após a Constituição de 1988. Leite (2000) discorre sobre a importância da inserção dos quilombolas na Constituição e que o significado da luta quilombola não se resume apenas na questão fundiária.

A expressão ‘remanescente das comunidades de quilombos’, que emerge na Assembleia Constituinte de 1988, é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta antirracistas. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma ‘dívida’ que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária (Leite, 2000, p. 339)

Ao se falar sobre quilombos, o imaginário coletivo da sociedade que não está à vontade com a temática, vai fazer uma alusão, geralmente, ao quilombo como terra de negros que fugiram do regime de escravidão, que estava vigente no Brasil durante o período colonial e também após a independência do país no século XIX, onde foram submetidos a trabalhos forçados. Existia então uma alusão do quilombo com conflito e violência porque esse era um meio de resistência ao regime de exploração que os obrigaram a fazer uma migração forçada do continente africano para o Brasil. Segundo Mattoso (2003, p. 158)

Um quilombo é um esconderijo de escravos fugidos e quer paz. A violência só é buscada em situação de ataque externo, se descoberto pela polícia ou pelo exército que tentam destruí-lo, ou se isto for indispensável à sua sobrevivência. Os quilombos são ao mesmo tempo: uma reação contra o sistema escravista; um retorno à prática da vida africana ao longo da dominação dos senhores e um protesto contra as condições impostas aos escravos, mais do que contra o próprio sistema, espaço livre para a celebração religiosa.

Para Arruti (2006, p. 81), as comunidades são caracterizadas por organizações sociais, grupos de pessoas que estejam ocupando suas terras, como diz o artigo 68 da Constituição Brasileira. São características de grupos que estejam se organizando politicamente para garantir seus direitos e exigir uma nomeação por parte do Estado. Direito de existir e se tornar visível na sociedade brasileira, haja vista que as comunidades quilombolas, bem como suas lutas, sofrem por serem invisibilizadas. Como já dito anteriormente, não é uma luta apenas pela

regulação fundiária de suas terras, mas uma reparação por todo o histórico de espoliação, expropriação e invisibilização.

A disputa territorial no seio das comunidades quilombolas se configura de uma forma antes do pedido de reconhecimento enquanto quilombolas perante a Fundação Cultural Palmares (FCP) e toma nova forma após o reconhecimento, devido ao possível posterior processo de demarcação das terras. Essa disputa vai além dos aspectos econômicos visto que

As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato de o território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de território para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. [...] O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade. (Fernandes, 2009, p. 201)

Fernandes (2014) elaborou que os indígenas e camponeses lutam para que seus territórios de reprodução de seus modos de vivência não se tornem territórios capitalistas para que suas populações não sejam destruídas. Então, pontua “conflitualidades” como

conjunto de conflitos associados às disputas territoriais e aos diferentes modelos de desenvolvimento. Então, a conflitualidade não é o conflito em si, mas o conjunto de conflitos que representa exatamente essa disputa territorial, ou seja, o território capitalista lutando contra um território não capitalista (Fernandes, 2014, p. 04)

Zhourri & Laschefski (2010) abordam que vários processos de territorialização de quilombolas, indígenas, vazanteiros etc., são de luta pelo significado e apropriação do meio ambiente contra o capital que tenta desfigurar esses territórios de acordo com interesses alheios aos das comunidades. Ainda pontuam que

Entretanto, os grupos sociais sujeitados à desterritorialização não são vítimas passivas e expressam outras formas de existência nos lugares. Reivindicam direito à memória e a sua reprodução social. E são eles que dizem que nem tudo é fadado a virar espaço de apropriação abstrata pelo capital. (Zhourri; Laschefski, 2010, p. 445)

Investigar quais transformações ocorrem no território quilombola em questão, resultantes das disputas/conflitos entre diferentes grupos sociais que vislumbram sua representatividade em meio a monocultura do eucalipto que sitiou várias comunidades no Território de Identidade do Extremo Sul, pode apontar mudanças ocorridas no meio natural

onde a comunidade tem sua base material e assim demonstrar impactos socioeconômicos e ambientais no território de identidade.

3 RIO DO SUL: FUGA E EXPROPRIAÇÃO

O processo de ocupação do litoral do estado da Bahia dá-se lentamente após a chegada dos portugueses em 1500, levando em conta a exploração do pau-brasil. Porém, essa exploração não fixou nenhum núcleo de povoamento no Brasil (Prado Jr. 1961), porque esse tipo de atividade econômica necessitava ser nômade, o que dificultou a fixação de um povoamento. Foi a agricultura que fixou a população no litoral do nordeste, iniciando com a cana-de-açúcar.

A ocupação do extremo sul da Bahia dá-se pela foz dos rios e redondezas e basicamente no litoral. A Mata Atlântica foi que isolou o litoral do interior. Segundo Koopmans (2005, p.27)

Durante três séculos não se criaram, na região, linhas de penetração Leste-Oeste, permanecendo esta área praticamente desabitada pelos brancos. Criaram-se pequenas implantações, onde se podiam concentrar os produtos extraídos, sobretudo madeira e pedras preciosas. [...] Assim surgiram as primeiras nucleações “urbanas” em nossa região, (de Belmonte até Mucuri), as quais funcionaram como articuladores do processo da ocupação e extração das riquezas durante o período colonial. Os núcleos, todos ligados pelo mar com a Metrópole, e, dependentes dela, tinham sempre uma entrada para o interior, através dos rios, à beira dos quais foram formados, sem dúvida, com finalidade aumentar as terras conquistadas.

A coroa portuguesa objetivando povoar fronteiras, produzir gêneros alimentícios para a população e branquear a população doou terras a estrangeiros que pretendiam formar colônias agrícolas nessas terras tão longínquas e não dotadas de infraestrutura imperiais durante o século XIX (Carmo, 2010). Dentre algumas colônias que foram fundadas, em 1818 a Colônia Leopoldina foi fundada no município de Vila Viçosa o que se tornou a primeira experiência de colonização agrícola na Bahia com colonos alemães e suíços e prosperou relativamente devido a produção e exportação de café produzido na colônia, dando uma importância à colônia diante das autoridades. As terras de Rio do Sul pertenciam à Colônia Leopoldina. De acordo com Monti (2006, p. 44)

O espaço geográfico da Comunidade Rio do Sul é conhecido como Morro da Glória, denominação dada à antiga propriedade de “colonizadores” Suíços e Alemães que se instalaram na região do extremo sul da Bahia entre os séculos XVI e XVIII. [...] Na antiga fazenda situada no Morro da Glória, o processo de abolicionismo abalou a economia, antes sustentada pela mão-de-obra escrava, e os negros passaram a constituir junto ao Estado suas parcelas de terra [...] Com o declínio econômico, os antigos “donos” (como os da família Sulz e Krull) mudaram-se ou retornaram ao país de origem, esgotados, também, os melhores recursos naturais na época. Na antiga Fazenda do Morro da Glória, após promovida a derrubada da floresta nativa e extração das madeiras nobres, eram plantadas extensas roças cafeeiras. Também se extraía a madeira que era exportada a outros países e regiões do país e/ou destinadas à alimentação das caldeiras da ferrovia Bahia-Minas, inaugurada no ano de 1882. A ferrovia tinha início em Minas Gerais e fim em Ponta de areia, Caravelas - BA, na

região portuária. As madeiras também eram transformadas em dormentes, que, distribuídos ao longo do leito da ferrovia, formavam o lastro da ferrovia por onde corriam os trilhos.

Acerca da Colônia Leopoldina pode-se inferir que

Ficava situada no município de Vila Viçosa, atual Nova Viçosa, pertencente à comarca de Caravelas, no extremo sul da Bahia. A freguesia de Nova Viçosa foi criada em 1720, na foz do rio Peruípe, com o nome de Arraial de Campinho do Peruípe, para abrigar portugueses e índios catequizados. Foi elevada à categoria de Vila em 1768, com o nome de Vila Viçosa, e mais tarde, em 1775, ao nível de município, em território desmembrado de Caravelas. (Carmo, 2010, p.15)

A colônia Leopoldina se diferenciava das demais colônias porque utilizava a força de trabalho de pessoas escravizadas possibilitando um acúmulo de riquezas aos colonos imigrantes (Moreira, 2019) principalmente advindas do cultivo do café e produtos não alimentícios produzidos na colônia. Porém, veio então a abolição da escravidão em 1888 com a assinatura da Lei Áurea, e os escravizados abandonaram seus senhores, o que levou à desarticulação e ruína dos fazendeiros da colônia (Lyra, 1982, p. 28) fazendo com que os descendentes dos antigos colonos abandonassem a região deixando as terras entregues aos antigos escravizados e seus descendentes (Corrêa, 2005, p. 96).

Segundo Moreira (2019, p. 51), essa derrocada da colônia deixou uma herança de um

grande contingente de homens e mulheres negros, ex-escravos que buscavam de alguma maneira reorganizar-se de forma social, econômica e cultural. Essa reorganização do espaço, deu origem a diversos distritos, conhecidos na atualidade, formados majoritariamente pela população negra, famílias que descendem dos egressos do cativeiro, como os distritos de Helvécia, Comunidade Rio do Sul, Comunidade Cândido Mariano e Comunidade Naiá.

São poucas as referências acerca da comunidade Rio do Sul. Carmo (2010) descreve uma das poucas menções que fala sobre a origem/existência da comunidade.

Anacleto (escravizado) conseguiu reunir em vida algumas peças de roupa, uns poucos objetos pessoais, uma casa coberta de taboinhas, algumas braças de terra no rio do sul, sete mil pés de café ainda novos, cento e trinta e nove arrobas de café em côco e uma roça de mandioca muito estragada, além de uma letra no valor de setecentos mil réis (Carmo, 2010, p. 82)

Segundo as narrativas quilombolas colhidas por Braga (2018), a Fazenda Rio do Sul pertencia ao conjunto das fazendas da Colônia Leopoldina, foi desbravada pelo fugitivo Valério - escravo do fazendeiro José Antônio Venerote. O relato diz que

Valério teria chegado em Rio do Sul após fuga da Fazenda Mutum e teria casado com a ex - escravizada, Bibiana, que era dona de uma quantia de dinheiro conquistada pela liberdade [...]. O elo entre o dinheiro recebido por Bibiana e a necessidade da vida independente pelo fugitivo Valério fez do casal Bibiana e Valério os primeiros desbravadores da Mata de Rio do Sul (Braga, 2018, p. 78)

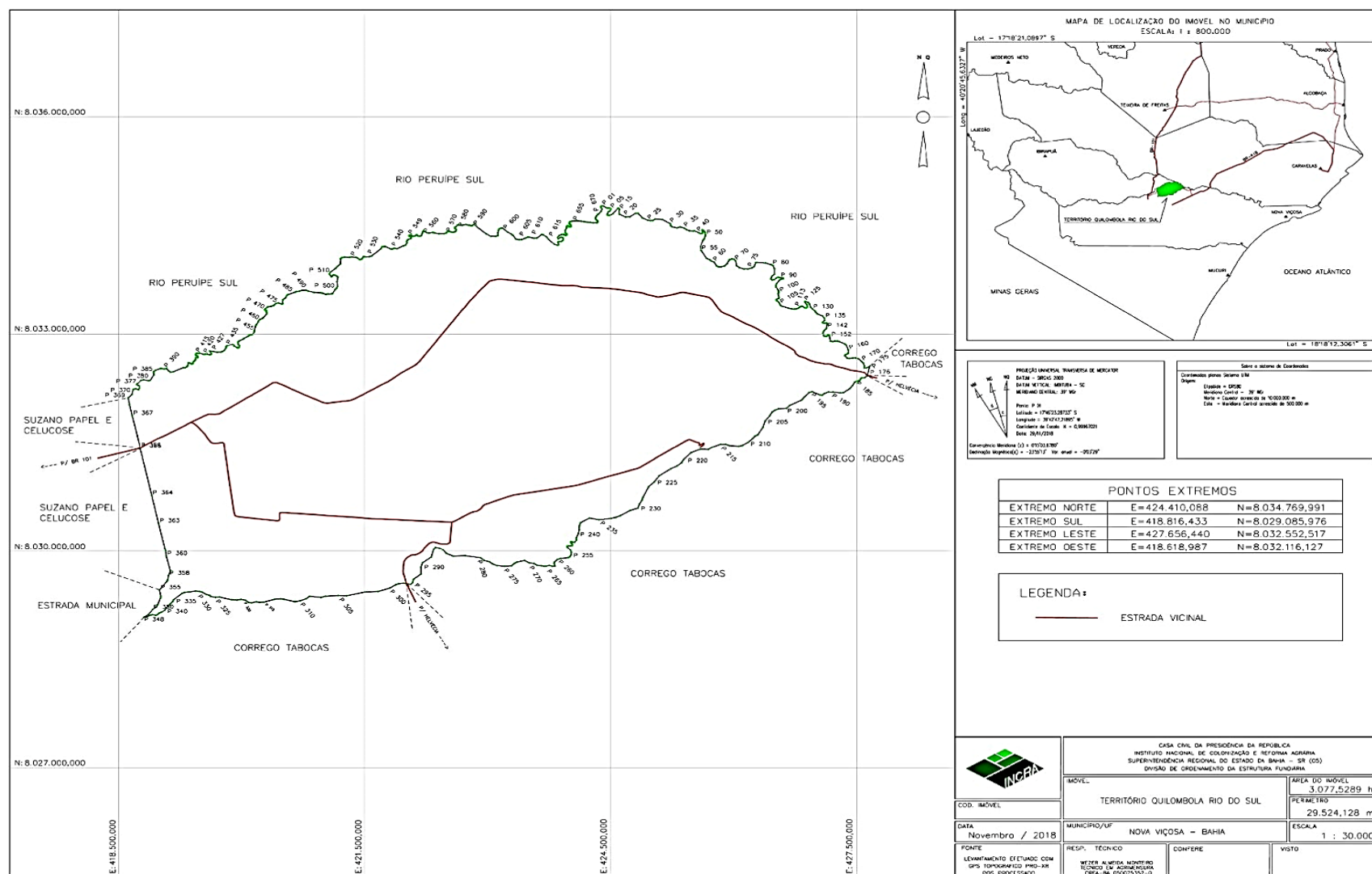
O território da Comunidade Quilombola Rio do Sul se localiza na área rural do distrito de Helvécia, na bacia do Rio Peruípe, pertencente ao município de Nova Viçosa no Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. Está a uma distância de 15 quilômetros da comunidade Bela Vista - às margens da BR 101-, 27 km do trevo de Posto da Mata, 47 quilômetros da cidade de Teixeira de Freitas. Tem seu território reivindicado entre o Rio Peruípe até o córrego Taboca (Figura 3).

De acordo com o IBGE (2010), o município de Nova Viçosa era habitado pelos indígenas aimorés e em 1720, colonos procedentes do atual município de Mucuri desceram até a foz do rio Peruípe, onde se estabeleceram, fundando a povoação de Campinhos. Em 1768, tornou-se Vila, com o nome de Viçosa, devido ao viço da vegetação. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: Viçosa e Colônia Leopoldina. Em divisão territorial datada 1955, o distrito já denominado Nova Viçosa figura no município de Mucuri até 1962, quando é elevado à categoria de município e é desmembrado de Mucuri e Caravelas, constituindo então de mais 3 distritos: Nova Viçosa, Argôlo e Helvécia e atualmente, também, Posto da Mata.

Segundo Ab'Saber (2003, p. 16) o extremo sul da Bahia é coberto pelo bioma da Mata Atlântica. Este, inserido no domínio dos “Mares de Morros” Florestados, em uma extensão espacial com aproximadamente 650 mil quilômetros quadrados de área com altitudes que variam entre 10-20 m a 1 100 e 1300 m. Possui o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação às atividades predatórias do ser humano. Porém, de acordo com Braga (2018, p. 65):

Hoje os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 8,5% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Figura 3 - Mapa da Localização da Comunidade Quilombola Rio do Sul - Nova Viçosa/BA



Fonte: INCRA, 2018.

Devido a proximidade com o Rio Peruípe, houve bastante navegação fluvial nos tempos coloniais para o tráfico de africanos pelo Porto de Caravelas, bem como para o comércio. Utilizando a tipologia climática Köppen, o município de Nova Viçosa possui o clima Tropical Chuvoso de Floresta Af - sem estação seca, pluviosidade média mensal superior a 60mm e anual superior a 1500mm, temperatura do mês mais frio acima de 18° C, verões longos e quentes com temperatura média do mês mais quente superior a 22° C (figura 4). As condições físicas e socioeconômicas do município de Nova Viçosa como: solos apropriados; terras baratas; disponibilidade de mão-de-obra; proximidade dos centros de consumo; condições fiscais favoráveis propiciaram o desmatamento da Mata Atlântica e a instalação da pecuária e de alguns outros tipos de cultivo, entre eles a Silvicultura - chamada de reflorestamento em algumas bibliografias (Amorim & Oliveira, 2006).

A Comunidade Quilombola Rio do Sul, como parte do município de Nova Viçosa convive com toda a realidade de desmatamento da Mata Atlântica em seu território, o desenvolvimento da pecuária e de outros cultivos para subsistência e a Silvicultura que sitia seu território. Não possui muitos equipamentos públicos. Tem uma escola de ensino fundamental com turmas multisseriadas. Não possui farmácia ou posto de saúde. O atendimento médico é feito de forma esporádica por médicos e enfermeiros, com a utilização do espaço da igreja católica local (Braga, 2018, p. 40).

Rio do Sul possui algumas marcas culturais em suas manifestações que caracterizam a comunidade, como é o caso da dança Bate Barriga. “Alguns comunitários dizem que nos tempos antigos, homens e mulheres praticavam o bater barriga, mas posteriormente, apenas as mulheres batiam a barriga uma das outras, enquanto os homens seguiam cantando e batendo o ingá (tambor) (Braga, 2018, p. 115). De acordo com uma das entrevistadas, o Bate Barriga ficou atrelado à história de manifestações culturais de Helvécia, porém, muitos dos que iniciaram essa manifestação são pertencentes ao Rio do Sul e não apenas à Helvécia - segundo ela. A comunidade é muito conhecida também por seu Samba de Viola que

“permaneça ativo na tradição local e sempre é referenciado nas datas importantes em que comemoram, como no Natal, quando fazem uma grande reunião denominada Festa do menino Jesus. Também realizam uma grande festa no dia 13 de Junho em homenagem a Santo Antônio. Outra manifestação que chama a atenção é a do dia 20 de novembro, quando comemoram o aniversário da Associação Quilombola Rio do Sul (AQSUL). Na ocasião, realizam uma grande comemoração que envolve gincanas com jogos de futebol, corrida de saco, atletismo, samba, corrida na colher, entre outros. Tudo ao som do Samba de Viola. (Braga, 2018, p. 116)

1 - Nos tempos mais antigos, quando as terras foram apropriadas por pessoas violentas e que usavam de exploração da mão de obra local; 2 - ao longo das últimas décadas, quando os descendentes dos ex-escravizados perderam suas terras para pessoas que chegavam e diziam que haviam comprado; 3 - no período mais recente, quando descendentes dos ex-escravizados, posseiros e invasores venderam terras para fazendeiros e empresas de eucalipto.

Os quilombolas preferiram o silêncio como solução perante o duro processo de expropriação a que foram sujeitos. Segundo relatos dos comunitários (Braga, 2018, p. 98) “se tomava terra embaixo do chicote. Vinha fazendo medo. Vinha um jagunço”.

Atualmente a Comunidade Rio do Sul, segundo o Relatório Antropológico, é formada por “400 pessoas, sendo 82 famílias [...] que mantêm comunicação constantes uma com as outras, principalmente após a criação da Associação Quilombola Rio do Sul (AQSUL), que propiciou o estabelecimento de uma rede de circulação de informação e execução de trabalhos em conjunto no interior da comunidade”. (Braga, 2018, p. 40) A Associação Quilombola é uma parte essencial na luta pela regularização do território quilombola. É através dela que o pedido de certificação é feito perante a FCP (Fundação Cultural Palmares) conforme o 4º artigo do Decreto n.º 4.887 (Brasil, 2003). A comunidade apresenta ao INCRA a certificação emitida pela FCP e pede a regularização do território e o INCRA elaborará o RTID (Relatório técnico de Identificação e Delimitação) para identificar os limites das terras da comunidade e posteriormente a desapropriação (caso haja propriedades privadas nas terras reconhecidas) e por fim, a titulação coletiva em nome da associação legalmente constituída (INCRA, 2013).

O relato abaixo de um membro da comunidade que foi o idealizador da associação e exerceu a presidência por dez anos demonstra a luta da comunidade e a importância da associação.

A gente começou um trabalho em 2005 de conscientização da comunidade da necessidade de criação de uma associação. Então a gente mobilizou os moradores, as pessoas mais idosas, os jovens, os agricultores, toda a pessoa da comunidade a gente mobilizou para discutir e criar a associação. A maior dificuldade que a gente teve nessa época era que o povo não acreditava, o povo já tinha descreditado nas coisas, então ele achava que nada mais poderia acontecer de bom. Passamos por um processo de descrença porque muitas vezes o poder público não dava muita importância ‘pras’ comunidades, as empresas não davam muita importância pra comunidade. As pessoas da comunidade também tinham dificuldade de acessar seus direitos, as políticas públicas ‘pra’ essa comunidade e ficavam esperando que as coisas vinham de lá ‘pra’ cá, e como não viam, eles não acreditavam que seria possível se organizar pra própria comunidade buscar os direitos e buscar as políticas públicas. A gente marcava para fazer reunião e compareciam só umas dez pessoas, quinze pessoas, vinte pessoas, mas mesmo assim a gente não desanimou e continuou discutindo, buscando, mostrando ‘pra’ eles essa importância para os moradores. E quando foi em 2007 a gente criou a associação. 2005 foi o ano que a gente foi certificada, que a gente recebeu da Fundação Cultural Palmares essa certificação. Isso aí foi importante ‘pra’ comunidade ficar mais animada, levantar a autoestima, então agora a gente já pode. Já tem respaldo ‘pra’ fundar uma associação porque a gente é quilombola certificado e esse certificado nos dá direito a cobrar as políticas públicas, os direitos que a gente tem junto ao estado

e as outras instituições. Quem vai providenciar o diálogo entre o estado e a comunidade é a associação. A gente precisa ter uma instituição legal que vai dialogar com as instituições externas e lutar e brigar pelas necessidades dessa comunidade [...]. Ela foi criada para representar a comunidade em todos os aspectos, mas principalmente a maior delas é lutar pela demarcação das terras quilombolas de Rio do Sul e administrar essa terra uma vez demarcada. (Braga, 2018, p. 50)

Percebe-se pelo relato uma certa preocupação em dialogar tanto com o Estado quanto com as empresas da eucaliptocultura. Isso acontece porque a relação com esses agentes permeia a história da comunidade Rio do Sul e também de todas as comunidades quilombolas do território de Identidade do Extremo Sul. Segundo Farias (2020, p. 16) o Território de Identidade do Extremo Sul era ocupado prioritariamente na faixa litorânea com a extração de madeira como principal atividade econômica e atividades agrícolas outras com menor grau de importância e pouca tecnologia aliada à baixa infraestrutura contribuíram para a preservação da Mata Atlântica no local.

Com o passar dos anos, especificamente na segunda metade do século XX, a pecuária e as grandes lavouras começam a ser implantadas no Território de Identidade do Extremo Sul. No primeiro momento foram introduzidas novas culturas que ocuparam grandes áreas com monoculturas intensivas. Podemos então inferir que grande parte do desmatamento da Mata Atlântica da região se deve a esse discurso da necessidade de desenvolvimento local. Para tamanha mudança econômica na região, o desmatamento fez parte cotidiana dessa situação e a instalação da Ferrovia Bahia Minas, juntamente com a pecuária. Na década de 1970, com a chegada da BR 101, "vários ramos do capital disputavam o espaço do extremo sul da Bahia, sem nem planejamento. De forma selvagem. Além disso, foi extremamente violenta, com um número grande de vítimas" (Koopmans, 2005, p. 58), no qual as florestas homogêneas de eucalipto ocuparam imensas áreas em toda a região.

Os incentivos governamentais foram extremamente importantes na história econômica do território do extremo sul. Segundo Farias (2020, p. 17) no ciclo de exploração na segunda metade do século XX, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) investiu na industrialização "da região através da ampliação de investimentos e facilitação fiscal." Dessa forma as empresas de eucalipto se instalaram no território, com práticas violentas, que, de certa maneira, expulsaram os pequenos produtores rurais do campo para as cidades mais próximas. Foi o que ocorreu no seio da comunidade Rio do Sul. Com a ausência de uma Constituição, uma lei que lhes acolhesse em seu modo de vida e lhes mostrasse o direito que tinham à terra os quilombolas foram perdendo suas terras. Como as comunidades não eram

muito letradas acerca das leis, muitos membros venderam suas terras para as indústrias de eucalipto, com a promessa destas de empregá-los na produção da celulose (Gomes, 2009).

Houve então um processo de concentração fundiária nas "mãos" das empresas de eucalipto e celulose. Um exemplo é a tabela a seguir que mostra a concentração de terras nos municípios de Prado, Mucuri e Nova Viçosa pelas Empresas Aracruz Celulose e Bahia Sul Celulose (atual Fibria e Suzano), por volta da segunda metade dos anos de 1990.

Tabela 1 – Concentração de terras das Empresas Aracruz Celulose e Bahia Sul Celulose: municípios do extremo sul da Bahia (década 1990)

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>ÁREA TOTAL</i>	<i>ÁREA ARACRUZ + BSC</i>	<i>%</i>
<i>Caravelas</i>	130.760 ha	56.949 ha	43%
<i>Mucuri</i>	131.068 ha	43.122 ha	32%
<i>Nova Viçosa</i>	91.952 ha	45.118 ha	49%
<i>TOTAL</i>	353.780 ha	145.189 ha	41%

Fonte: Koopmans, 2005, p. 74.

Em 30 de Junho de 1989 o licenciamento do CEPRAM (Conselho Estadual do Meio Ambiente) foi entregue para que a construção da fábrica de celulose e papel da empresa Bahia Sul Celulose e o Estado na figura do então governador da Bahia, Nilo Coelho coloca que a construção do pólo de celulose seria uma grande contribuição para o desenvolvimento e progresso do Estado da Bahia por gerar empregos e receita (Koopmans, 2005). Em 1994, através da Lei 6.569 a Política da Floresta Estadual é regulamentada culminando em 04 de Agosto de 1998 com o Decreto Estadual 7.296 que promove em seu artigo 1º, o “desenvolvimento econômico sustentável da atividade florestal, utilizando racionalmente os recursos naturais disponíveis” através do Programa de Fomento Florestal para o Estado da Bahia, regulamentando assim, o plantio do eucalipto no território do extremo sul, local de Bioma da Mata Atlântica. Com essa política, o Estado legalizou e colaborou para a destruição da Mata Atlântica. Os demais incisos do 1º artigo do Decreto dispõem sobre:

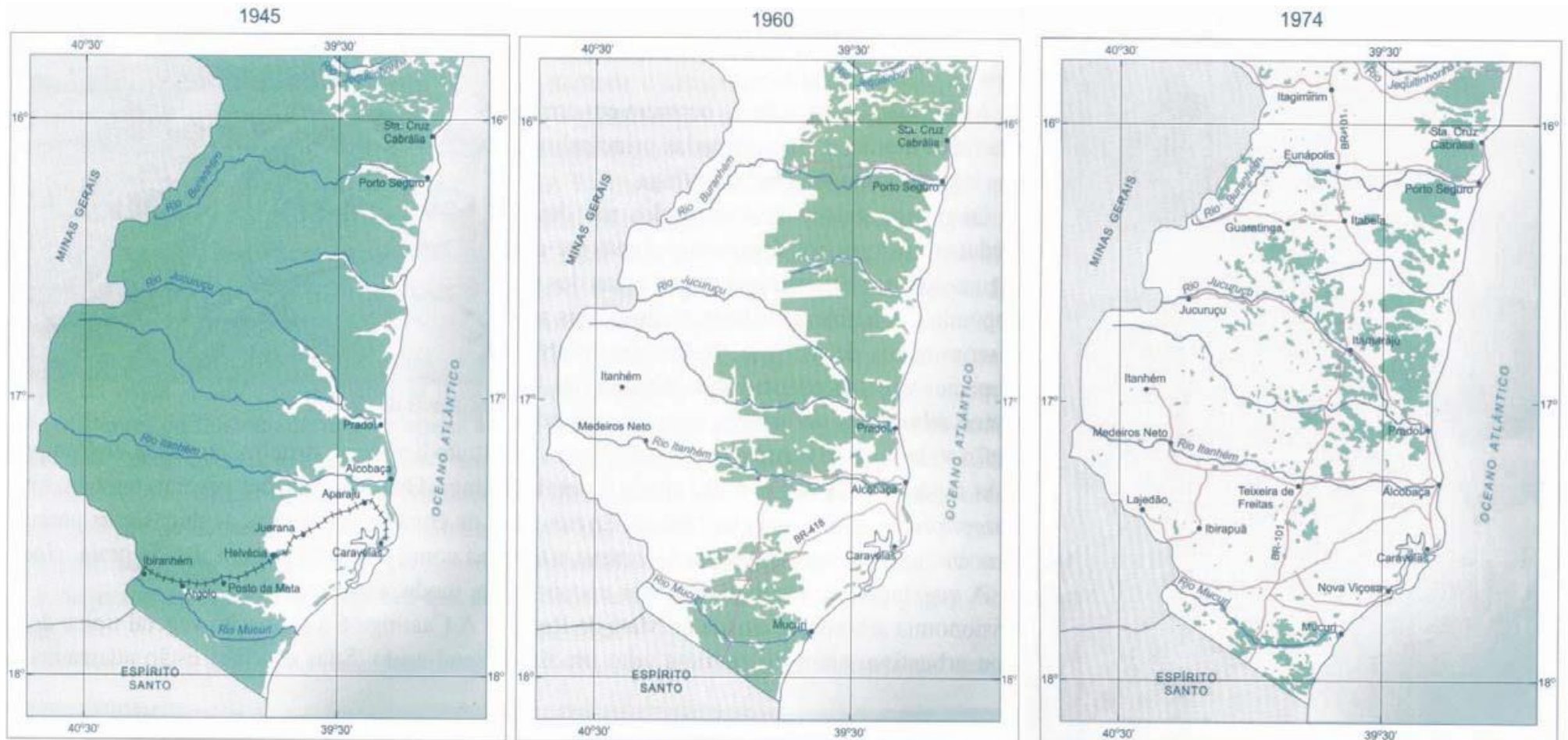
III. melhorar a rentabilidade da propriedade rural, prioritariamente dos pequenos e médios produtores rurais; IV. utilizar racionalmente a cobertura florestal nativa existente, destacando-se os remanescentes de caatinga e cerrado; V. reduzir os desmatamentos; VI. recuperar áreas antropizadas com o plantio de florestas produtivas; VII. preservar os remanescentes da cobertura florestal existente, principalmente da Mata Atlântica; VIII. ampliar a oferta de empregos, através da

inserção das atividades florestais na atividade produtiva rural; IX. reduzir o fluxo migratório para os grandes centros urbanos; X. divulgar à população os benefícios do uso racional dos recursos florestais; XI. promover a formação e estruturação da economia e da cultura florestal no Estado.

A ampliação da oferta de madeira plantada de rápido crescimento e valor econômico, sugerindo que o objetivo é a melhoria da qualidade de vida da população. Torna-se notório que é muito antagônico o que se é decretado. Decreta reduzir desmatamentos e ampliar empregos na zona rural para evitar o êxodo rural, porém, a atividade extrativa gera concentração de terras e a atividade não absorve a mão de obra local, principalmente porque é uma atividade com uso de tecnologia que gera desemprego estrutural. E uma vez implantada em locais que sobreviviam de atividades de subsistência, como por exemplo a comunidade Rio do Sul e as demais do território de identidade, as melhorias que são sugeridas no decreto, não se materializam na prática.

Segue-se uma série de proposições equivocadas no tocante ao Bioma da Mata Atlântica e o território de identidade do extremo sul. O Decreto estabelece o Fomento Florestal incentivando “a atividade florestal, através do reflorestamento ou manejo florestal sustentado, em área com vocação para a atividade, fundamentado nos conceitos de desenvolvimento econômico autossustentado e visão sistêmica.” O eucalipto foi incentivado, licenciado e financiado no extremo sul com a visão de que seria uma área com vocação para a atividade, com recursos inclusive da SUDENE. O Decreto determina que o reflorestamento seja feito com “o plantio de espécies florestais, nativas ou exóticas, de rápido crescimento e valor econômico, em áreas antropizadas, com o objetivo de atender a crescente demanda do mercado “. Percebe-se que na medida que sugere o reflorestamento com espécies nativas - melhor para o bioma local -, também autoriza o eucalipto como espécie exótica, de rápido crescimento e com valor econômico, caracterizando como uma autorização para essa cultura em detrimento de investir em recuperação do bioma antropizado com espécies nativas. O mercado capitalista do agronegócio investiu fortemente em compra de terras no território do extremo sul, estabeleceu parcerias com aqueles proprietários de terras que ainda não produziam eucalipto e sitiou as comunidades tradicionais, expropriando grande parte da população local, contribuindo para o êxodo rural e periferização das zonas urbanas do extremo sul e destruição da vegetação original (Figura 5)

Figura 5 - Mapas da área de Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa e Mata Estacional Semidecidual) em 1945, 1960 e 1974, respectivamente.



Fonte: Amorim & Oliveira, 2006 *apud* Silva et al (2004).

De acordo com Braga (2018, p. 146) a empresa FIBRIA Celulose SA. se apropriou de áreas em parceria com criadores de gado e produtores de café nos municípios de Caravelas, Ibirapuã e Nova Viçosa. Em Nova Viçosa são 31.241 (ha) ocupadas entre área da própria empresa e de parceiros, impactando com a monocultura do eucalipto totalmente a Bacia Hidrográfica do Rio Peruípe (figura 7) e os territórios quilombolas locais, entre eles, Rio do Sul.

[...] as análises socioespaciais sobre a RPGA III e os limites da Bacia Hidrográfica do Rio Peruípe fundamentam o reconhecimento do longo tempo de expropriação do direito à água e à terra à população negra quilombola. Não é possível qualquer análise ambiental e de produção que não traga ao centro a apropriação dos bens naturais para sustentação nos últimos 30 anos do projeto de extinção da Mata Atlântica e crescimento desigual no Extremo Sul da Bahia a partir do Complexo Florestal-Industrial de Papel e Celulose. (Braga, 2018, p. 147)

É perceptível nas visitas de campo na comunidade que de um lado da estrada que corta a comunidade, está a presença do eucalipto e do outro lado, a agricultura familiar exercida pela comunidade. Em alguns pontos da comunidade, as famílias com suas porções de terra estão nos dois lados da estrada. Porém, essa divisão continua nítida ao andar pela comunidade. As terras reivindicadas são limitadas de um lado da estrada até o Rio Peruípe e do outro lado da estrada até o córrego Tabocas.

Por mais que dentro da comunidade existam espaços sem eucalipto, o território está cercado pelo mesmo. É o que pode-se observar a partir da entrada da comunidade Bela Vista (às margens da BR-101) seguindo por 15 Km até chegar a Rio do Sul (figura 6).

A presença do Eucalipto é constante durante os 15 km de estrada não pavimentada. Somente pode-se observar outra vegetação, quando parte do eucalipto é cortado e aparecem fragmentos de outro tipo de vegetação, aparentemente, vegetação nativa. Durante o dia é mais fácil trafegar pelos eucaliptos, porém à noite, não se vê muito trânsito pois é muito escuro transitar pelos eucaliptos à noite. Essa situação parece contribuir para um possível isolamento da comunidade Rio do Sul em relação a outras cidades mais próximas e também, outras comunidades quilombolas. Não é um problema apenas de Rio do Sul porque o monocultivo do eucalipto está presente no município de Nova Viçosa o que a torna o 11º município do Brasil em áreas plantadas de eucalipto (IBGE, 2010).

Figura 6 - Foto da estrada para Rio do Sul a partir da comunidade Bela Vista



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Figura 7 -Região de planejamento e gestão das águas - III Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu



Fonte: INEMA (2014)

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi feita com algumas visitas à comunidade para reconhecimento do local e para conhecer os moradores. O contato do pesquisador com a comunidade já ocorre desde meados de 2014, quando a comunidade em meio a seu processo no INCRA, ainda enfrentava uma tentativa de divisão com a invasão de pessoas que se diziam “sem terra”, mas que de acordo com os quilombolas, não eram reconhecidas pelo MST - Movimento Sem Terra. Segundo Braga (2018, p. 105) “nas narrativas quilombolas, depois da aparição de pessoal ‘sem-terra’, começaram a ocorrer diversas coisas na comunidade como, por exemplo, furtos e queimadas”. Em reuniões com o INCRA, era perceptível uma certa tensão entre esses ditos ‘invasores’ com a comunidade e com a AQSUL.

Foi feita por intermédio da Associação Quilombola Rio do Sul (AQSUL) - dessa forma o acesso aos moradores foi facilitado com a introdução do pesquisador por um próprio membro da comunidade - a abordagem aos membros da comunidade e executadas entrevistas não estruturadas do tipo focalizada:

É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. [...] há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se estuda e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: [...] não obedecendo a uma estrutura formal. (Lakatos & Marconi, 2017, p. 230)

Houve a participação de algumas reuniões da AQSUL que possibilitaram um contato mais próximo com os membros da comunidade. Ao todo, foram feitas 11 entrevistas de forma individual e também em grupo - 3 individuais e três em grupo, no caso, famílias (em uma entrevista havia 5 pessoas, em outra duas pessoas e outra duas pessoas também que participaram da entrevista.. Estas foram feitas em meio a reuniões familiares como por exemplo, no cotidiano do trabalho na agricultura e no momento de fazer farinha. Como algumas dessas atividades, por vezes, são feitas conjuntamente entre os membros da família, a interação com mais pessoas durante a entrevista, foi realizada.

A entrevista com uma família no momento do processar da mandioca para fazer a farinha, possibilitou perceber como essa atividade reúne uma mesma família mas que mora em casas/terrenos diferentes. Foi possível vislumbrar o convívio no tocante à agricultura familiar.

Os entrevistados mais jovens - no caso, três entrevistados que tinha idade por volta de 25 a 40 anos -, possuíam entre ensino superior (1 entrevistado) e médio completo (3 entrevistados) e os mais idosos (por volta de + 60 anos), pouco ou não frequentaram a escola.

Porém, poucas informações oficiais existem sobre a as taxas de escolaridade, evasão e aproveitamento sobre a educação quilombola no município de Nova Viçosa, o que compromete a análise de dados sobre a educação e saúde da comunidade. (Braga, 2018, p. 48).

As entrevistas tiveram alguns eixos principais que as nortearam, objetivando focar em temas específicos exposto no quadro abaixo. No quesito **Monocultura**, os entrevistados falaram sobre a percepção deles acerca da presença do eucalipto na paisagem da comunidade. No quesito **Mudanças no modo de vida**, foi falado sobre como a monocultura impactou o modo de vida da comunidade. No quesito **Tipos e formas de cultivos**, os entrevistados descrevem o que produzem e de que forma. Já no último quesito **Conflitos**, é relatado a existência ou não de conflitos na comunidade com a indústria do eucalipto ou outros.

Quadro 1 –

(continua)

ENTREVISTADOS	TEMAS			
	MONOCULTURA	MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA	TIPOS E FORMAS DE CULTIVO	CONFLITOS
ENTREVISTADO A (nascido na comunidade, com aproximadamente 40 anos de idade FUNDADOR E LÍDER DA AQSUL - professor da rede pública municipal de Nova Viçosa e praticante da AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL -	A monocultura descaracteriza a aparência da comunidade que não sobrevive desse cultivo. Traz mais malefícios do que benefícios	O cultivo do eucalipto impacta no modo de vida da comunidade que sobrevivia apenas da agricultura familiar e que, com a presença da indústria papeleira, se vê também, por vezes, obrigada a trabalhar até na empresa por conta da oferta de empregos. Uma vez que a comunidade sofreu com expropriação de terras e muitos se deslocaram para cidades próximas ou capitais, o trabalho por vezes ofertado à comunidade, absorve pequena parte da mão de obra disponível.	possui agricultura familiar em quintal com diversos cultivos para própria subsistência	- Estado: demora nos processos relacionados a titulação das terras e o fomento à indústria do eucalipto; - Empresa do eucalipto: a proximidade dos plantios com a comunidade que impede uma melhor abertura nas curvas das estradas; o sinal de celular que depende do tamanho do eucalipto: quando está baixo o sinal de internet e celular é muito bom, quando a planta cresce, a comunidade se vê com um péssimo sinal de internet e celular; a manutenção das estradas de acesso à comunidade; estão construindo uma estrada que passa pelas comunidades tradicionais próximas até chegar no depósito próximo a Itabatã. A construção da estrada ocorre porque o peso das carretas torna seu trânsito proibido nas rodovias próximas. Então, construíram sua própria rodovia.

ENTREVISTADO B - aproximadamente 50 anos; nascido na comunidade e praticante da AGROECOLOGIA	A monocultura ditou durante algum tempo sua forma de praticar agricultura até o momento que a empresa do eucalipto ofertou o curso de agroecologia.	A criação de peixes aprendeu sozinho e praticava a agricultura tradicional com uso de defensivos, queimada etc. A empresa ofertou curso de agroecologia e a partir de 2018 mudou seu tipo de manejo.	Peixes para a comunidade; em 2018 fez um curso de agroecologia e começou o seu modo de manejo SAFs. Possui uma produção bastante diversificada no quintal agroflorestal.	Relatou conflito nas formas de atuação na comunidade como a monocultura se contrapõe a agricultura familiar tradicional e a agroecológica.
---	---	--	--	--

(continua)

ENTREVISTADOS	TEMAS			
	MONOCULTURA	MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA	TIPOS E FORMAS DE CULTIVO	CONFLITOS
ENTREVISTADO C - aproximadamente 55 anos, nascido na comunidade e praticante da AGROECOLOGIA	É um produto que impactou negativamente a comunidade; Eucalipto não tem alimentação para os pássaros e é tipo de árvore “quente” e não propicia o desenvolvimento de vida abundante e utiliza muita água.	Mudou o cotidiano da comunidade porque secou lagoas que eram importantes no seio da comunidade;	- Produz de forma orgânica sem uso de agrotóxicos e iniciou esse processo após curso de formação ofertado pela empresa do monocultivo do eucalipto; - produz quiabo, maxixe, abóbora, laranja, limão etc.	- Questão ambiental: a invasão das mariposas, gongo e dos caramujos escuros que aparecem principalmente durante período chuvoso; - presença de escorpiões devido ao acúmulo de madeira após o corte do eucalipto. - Houve um desaparecimento de algumas espécies vegetais comuns na comunidade e a presença de pássaros ficou mais escassa por não acharem alimento em meio ao eucalipto; - Devido a pulverização de defensivos, houve uma mortandade de abelhas nos apiários cultivados por membros da comunidade; - Impede o sinal bom e constante do celular e internet; - Falta de disposição da empresa em atender pedidos da comunidade;

				• A Suzano Celulose é menos parceira do que a Fibria. Esta já não existe mais e foi substituída por aquela. A Suzano não oferece mais empregos dentro da comunidade. Quem trabalha para a empresa, trabalha em outras cidades ao redor, mas não na comunidade; • Até benefícios que a FIBRIA deixou na comunidade a Suzano retirou;
--	--	--	--	---

(continua)

ENTREVISTADOS	TEMAS			
	MONOCULTURA	MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA	TIPOS E FORMAS DE CULTIVO	CONFLITOS
ENTREVISTADO D - aproximadamente 40 anos, nascida na comunidade e praticante da AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL	Só traz prejuízos para quem mora nas áreas rurais e também nas cidades; há uma percepção de um desconforto térmico que não havia antes do cultivo; o cheiro do eucalipto e dos defensivos utilizados na plantação são fortes; o desejo é que o cultivo desaparecesse da comunidade.	Antes da monocultura do eucalipto, a infestação de mariposas e “gongo” não existia.	Agricultura familiar tradicional de pimenta, mandioca (para farinha), banana, limão, laranja	- Problema com o sinal de celular, internet, tv devido a proximidade e altura do eucalipto com a estrada; - A manutenção das estradas para a comunidade; - A invasão das mariposas e “gongo” provenientes do eucalipto; - A empresa demora para responder e resolver reivindicações da comunidade feitas em reuniões coletivas da AQSUL com a empresa; - A aplicação dos defensivos afeta a comunidade porque são feitos atualmente de forma aérea também e devido essa pulverização, afeta os cultivos da comunidade, as árvores frutíferas; - Ausência do poder municipal. Falta uma assistência melhor na saúde;

(conclusão)

ENTREVISTADOS	TEMAS			
	MONOCULTURA	MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA	TIPOS E FORMAS DE CULTIVO	CONFLITOS
ENTREVISTADO E - nascido na comunidade; aproximadamente 45 anos idade e praticante da AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL	Do eucalipto só se aproveita um pouco da madeira para usar como lenha. Se pudesse banir o eucalipto da comunidade, a atitude seria bem-vinda.	Havia uma lagoa próxima a casa, mas após a chegada do eucalipto, a lagoa secou.	- Agricultura familiar tradicional para consumo próprio e o excedente é comercializado no mercado da família ou na cidade: quiabo e mandioca, urucum (devido o tempo quente deste ano de 2023); abóbora; - trabalha com capina na mão mesmo, sem uso de queimada ou venenos.	- A empresa planta os eucaliptos muito próximos às casas dos moradores; a comunidade pede para afastar um pouco a plantação da estrada e das casas, mas não são ouvidos na maior parte do tempo; - A questão do sinal da internet e celular é colocado novamente; - para a empresa, um dos melhores lugares para cultivar o eucalipto é na comunidade porque esta é pacífica e não queima os eucaliptos
ENTREVISTADO F - aproximadamente 25 anos, nascida na comunidade e praticante da AGRICULTURA FAMILIAR	O eucalipto retira a beleza natural da comunidade enfeando a paisagem.	As plantações da agricultura eram mais praticadas. A manga para pasto também era mais utilizada até a chegada do eucalipto. Muitos permaneceram com seus hábitos.	- Praticam a agricultura tradicional familiar sem uso de defensivos agrícolas (agrotóxicos) e fazem a limpeza do terreno com capina à mão. - Plantam mandioca e produzem farinha; amendoim, usam peixes para o pouco de água que captam não ficar parada; criam poucas bovinos para a produção de leite; produzem banana, urucum e pimenta para consumo próprio e comercializa o excedente.	- Recorrente o pedido à empresa para diminuir as plantações nas proximidades da comunidade por conta do sinal de internet e celular, para melhor visibilidade da estrada; - A empresa atende algumas reivindicações e outras não, como por exemplo a manutenção contínua da estrada.

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2025).

Analisando o quadro das entrevistas é possível inferir que sobre a monocultura, não aparece nenhuma opinião favorável à presença do eucalipto na comunidade. Eles abordam sobre a mudança na paisagem natural da comunidade, que a monocultura retirou a beleza local. Observa-se que a beleza seria da vegetação nativa, algo que contrasta com o eucalipto. Há sempre um sentimento de ojeriza à presença deste. Os membros da comunidade relatam que pouca coisa se aproveita do monocultivo, como por exemplo a lenha. Existe uma preocupação com a fauna também, porque o monocultivo não oferece o que a vegetação nativa pode oferecer, como por exemplo, alimentos e água, que o monocultivo utiliza em abundância e o diminui no território.

Na temática “mudanças nos modos de vida”, alguns entrevistados colocam que um dos impactos do eucalipto foi na ocupação dos membros da comunidade. Antes, estes, praticavam a agricultura familiar tradicional e sobreviviam disso e, com a chegada da indústria da celulose, alguns foram trabalhar nestas. Porém, um entrevistado relata que a indústria não absorveu toda a mão de obra disponível na comunidade. Nesse quesito, percebe-se que, por mais que membros da comunidade não concordem com a presença da empresa na comunidade, alguns se empregam na mesma. Outras situações relatadas por dois entrevistados foi o desaparecimento das lagoas que existiam no território e que é atribuído à presença do monocultivo do eucalipto. A invasão das mariposas e insetos também atribuídos ao monocultivo, mudou a relação da comunidade com o meio físico em que vivem pois tiveram que conviver com esses infortúnios que não existiam em tempos mais antigos quando não havia a presença do monocultivo. Mas, no meio de todos esses relatos negativos, dois entrevistados relataram que só passaram a trabalhar com agroecologia após um curso ofertado pela empresa de celulose. Desde 2018 - quando o curso foi ofertado -, os dois agricultores relataram que se despertaram para poder praticar a agricultura com conhecimentos de agrofloresta, caracterizando uma atitude boa por parte da empresa.

Sobre os “tipos e formas de cultivos”, os entrevistados A, D, E e F descreveram seus cultivos advindos da Agricultura familiar tradicional enquanto os entrevistados B e C descreveram suas práticas agroecológicas advindas de um curso feito com a indústria da celulose. As práticas não se opõem na comunidade, porque não existe um tipo de concorrência entre os quilombolas. As práticas se distinguem devido ao conhecimento adquirido no curso por aqueles dois produtores B e C que aplicam conhecimentos avançados de práticas agroecológicas, diferenciado assim suas práticas com a dos demais membros da comunidade que praticam a agricultura familiar tradicional. Dentre os membros da comunidade, 12

trabalhavam com apicultura a partir de um programa desenvolvido pela empresa de celulose que forneceu a formação e o material necessário para o trabalho com apicultura, algo visto como uma atitude positiva da empresa em relação à comunidade.

Na questão “conflitos”, vários temas são citados pelos entrevistados em geral, como por exemplo o problema com o sinal de internet e celular na comunidade, que oscila de acordo com o tamanho dos eucaliptos. Quando há o corte do eucalipto, o sinal fica melhor devido a ausência de árvores altas que impedem o alcançar de um bom sinal de internet e celular. É um problema essa situação porque coloca a comunidade por vezes em situação de isolamento a partir do momento que o acesso a internet e sinal de celular é restringido pela presença da plantação de eucalipto muito próximo da comunidade. A localização e o tamanho das árvores também geram problemas no traçado da estrada que corta a comunidade. Foi requerido pela comunidade que evitasse o plantio nas curvas para melhorar a visibilidade da estrada e, em locais muito próximos das casas. Porém, outra situação gera conflitos entre a comunidade e a empresa de celulose, que é a falta de boa vontade da empresa em aceitar as reivindicações e resolver os problemas postos em reuniões entre a AQSUL e a empresa. É sempre pontuado por parte dos entrevistados que existe uma certa negligência por parte da empresa de celulose no tocante a manutenção da estrada que passa na comunidade. Segundo o entrevistado C, a manutenção só é feita quando ocorre o corte e transporte do eucalipto. A entrevistada E relata que existe a necessidade de molhar a estrada com carro pipa por conta da aspersão da poeira durante o trajeto de carros e carretas, mas que raramente essa prática é feita pela empresa. São relatados diversos conflitos como: construção e pavimentação de uma estrada à revelia da comunidade e que impacta com a presença das máquinas e caminhões maiores para o corte e transporte de eucalipto e a omissão do poder público municipal no sentido de preservar as comunidades desses impactos. Na parte ambiental, a comunidade é impactada com a invasão das mariposas, insetos, desaparecimento de algumas espécies vegetais locais - relatado pelo entrevistado C, a presença de escorpiões nas madeiras empilhadas após o corte, diminuição das fontes de águas e lagoas da comunidade e a ausência de vários animais que eram mais presentes na comunidade e após a chegada do monocultivo do eucalipto, tem a presença mais rara no território. O entrevistado A e C abordam uma possível negligência com a comunidade em alguns pontos: o poder municipal apoia a construção da estrada alegando que é uma benfeitoria para as comunidades, mesmo estas não sendo comunicadas nem ouvidas sobre o empreendimento da empresa de celulose. Também é colocado pelo entrevistado A e C e E que a comunidade não tem um posto de saúde e a assistência médica é esporádica com o uso de espaços religiosos ou da AQSUL para os

atendimentos. Quando existe uma necessidade um pouco mais especializada, os quilombolas se deslocam para Helvécia ou para cidades mais próximas como Teixeira de Freitas.

O entrevistado C trabalhava com a apicultura até o momento que as abelhas foram mortas devido a pulverização de defensivo em plantação do eucalipto próximo às áreas onde se encontravam as caixas com as abelhas.

Os entrevistados A, D, E e F, com suas respectivas famílias praticam a agricultura familiar através dos quintais agroflorestais voltada para a produção de alimentos para o próprio sustento, o que se tornou um refúgio produtivo para a comunidade.

Quintais agroflorestais são áreas de produção, localizados próximo da casa, onde se cultiva uma variedade de espécies agrícolas e florestais, envolvendo também a criação de pequenos animais domésticos ou domesticados. Essa prática é encontrada em todas as regiões tropicais do mundo e tem como característica principal a grande diversidade de produção como: alimentos, ervas medicinais, fibras e outros produtos de uso na propriedade durante todo ano. Os quintais se constituem em Sistemas Agroflorestais (SAF's) que buscam manter o equilíbrio ecológico dos ecossistemas naturais, configurando-se em uma alternativa para a melhoria da segurança alimentar e renda adicional à agricultura tradicional (Trindade; Rebello; Kato, 2009)

São produzidos nos quintais 51 tipos de cultivos. Entre eles: abacate, banana, café, cana, dendê, Erva cidreira, feijão de corda, goiaba, hortelã, ingá, jaca, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maxixe, melancia, pimenta, pitanga, pupunha, quiabo, seriguela, tangerina, urucum etc. O que equilibra a quantidade e qualidade dos alimentos são os poli cultivos, cujos conceitos e princípios são utilizados de forma empírica pelos agricultores. Também é possível observar pelos entrevistados B e C, a aplicação de conceitos avançados da Agrofloresta como a sequência temporal, técnica característica em SAFs. Existe a criação animal com a presença de galinhas, suínos, cavalos e peixes (Braga, 2018, p. 124). Segundo eles, conheceram essas técnicas mais avançadas após uma das empresas de celulose ofertar e ministrar o curso de Agrofloresta em 2018 para membros da comunidade.

Existe na comunidade também, o cultivo de roçados em pequenos lotes e uma área de concessão para plantio de cultivos alimentares cedida pela empresa do monocultivo do eucalipto que possui terras no território reivindicado pela comunidade. A produção é basicamente para o consumo das famílias, mas os excedente é comercializado em cidades próximas como Nova Viçosa, Posto da Mata, Nanuque, Teixeira de Freitas e atravessadores compram esses excedentes para comercializarem na CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Braga (2018, p. 129) aborda que a importância da mandioca para a agricultura familiar em Rio do Sul

vai além da alimentação [...] seu cultivo e processamentos são culturais. Porém, os instrumentos de trabalho, as instalações e, sobretudo, a forma de cultivar a mandioca, enquanto produção familiar em pequenas propriedades, se mantém de forma rudimentar, resultando em baixos níveis de produtividade, e, conseqüentemente, em baixo retorno financeiro. Seu beneficiamento no território resume-se na produção de farinha, goma e beiju para subsistência, sendo vendido o excedente na feira livre, no município de Teixeira de Freitas.

O manejo da terra é feito sob ritos e costumes de forma cultural herdado por gerações, utilizando a influência das fases da lua para plantar e colher. Dessa forma, o conhecimento é repassado aos mais jovens para preservar o conhecimento empírico ancestral. Até um calendário agrícola é adotado para algumas culturas com base nas fases da lua e no regime das chuvas. A comunidade também pratica o extrativismo de origem animal através da pesca artesanal, praticada nos rios que cortam o território e lagoas. Porém, segundo os entrevistados, houve uma diminuição na diversidade dos peixes encontrados. São eles: piau, tilápia e tucunaré.

O Relatório Antropológico da comunidade que está no processo de elaboração do RTID sugere alguns pontos sobre o uso da terra na comunidade.

Considerando a aptidão agrícola dos quilombolas e o histórico de ocupação de terras sob seus domínios, sugere-se para área agricultável a implantação de agroecossistemas diversificados, que contemplem desde a exploração pecuária até o estabelecimento de sistemas agroflorestais e cultivos alimentares diversificados, como alternativa à situação de insegurança alimentar vivenciada pelas famílias. [...] Sugere-se, para a área agricultável, a adequação de uma área de Reserva Energética na qual se buscaria uma diversificação de glebas de eucalipto, rompendo com a monocultura, minimizando seus impactos e garantindo madeira para a construção civil, cercas, lenha e outros serviços. [...] Considera a integração da lavoura com a pecuária e também elementos florestais [...] para a realidade do Rio do Sul. (Braga, 2018, p. 136)

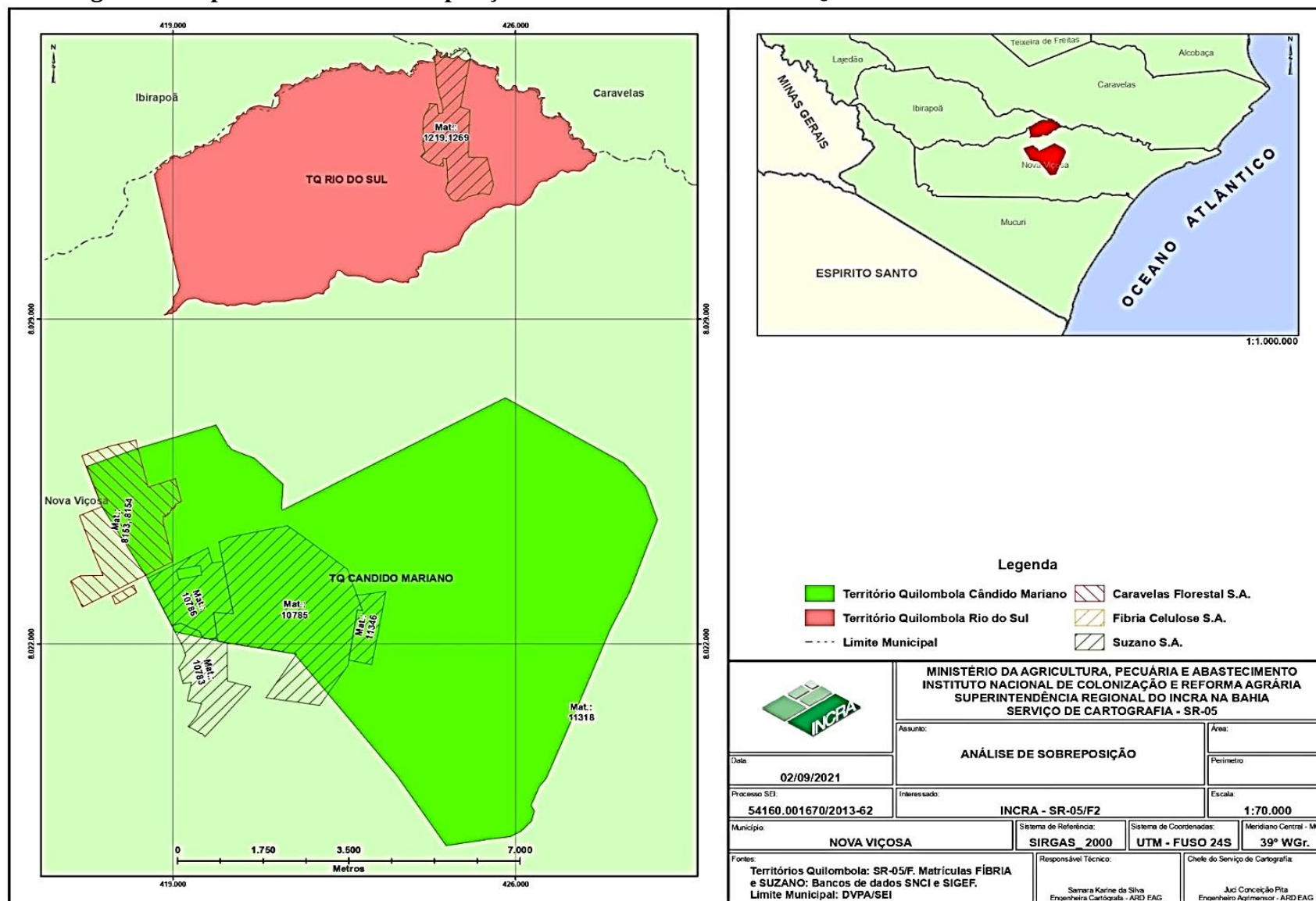
Segundo o líder da AQSUL, o objetivo da estrada construída pela empresa do eucalipto não é ligar as comunidades, melhorar a acessibilidade das mesmas, mas, única e exclusivamente o transporte do eucalipto da empresa com pavimentação estreita e melhorar o caminho para os caminhões que possuem peso superior ao permitido para trafegar em rodovias estaduais e federais. As comunidades já pediram explicações à empresa, fizeram denúncias no Ministério Público, já pediram paralisação da obra e já tem processo na justiça. O MP já fez um documento com mais de 100 páginas denunciando a questão, mas aguarda um parecer. O INEMA e as secretarias municipais cederam autorização para fazer a obra, alegando que era uma pequena melhoria. Porém o trânsito das carretas afeta o modo de vida da população que se desloca entre as comunidades para trabalho e comércio, por exemplo.

A fauna que habita os remanescentes de vegetação nativa e transita dentro da comunidade entre as margens do Rio Peruípe e o Córrego Tabocas, acabam se submetendo a perigos de atropelamento no trânsito na estrada da comunidade e se perdem no cultivo do eucalipto. Segundo o presidente da AQSUL, existe um desejo entre as comunidades de fazer, através da empresa do eucalipto que possui recursos financeiros, técnicos e físicos - as áreas ideais para isso pertencem à empresa - para tal, um corredor da Mata Atlântica, principalmente entre as comunidades como forma de preservar a fauna e flora local e resistir também à monocultura do eucalipto. A ideia foi ventilada no Fórum Ambiental do Sul e Extremo Sul da Bahia que o presidente da AQSUL relata que participou por 2 anos.

De acordo com o entrevistado C, que pratica a agroecologia, anteriormente ele utilizou defensivos e queimadas até fazer um curso de agroecologia em 2018 ofertado por uma empresa de celulose e então percebeu que poderia fazer suas práticas agrícolas de forma diferente. Entendeu que poderia fazer vários cultivos concomitantes ao invés de praticar a monocultura. A prática da agroecologia não trouxe prejuízos, mas melhorou a qualidade da produção de cultivos orgânicos.

Uma entrevistada F relata que só conseguem dialogar com a empresa do monocultivo via ofício através da AQSUL. Ocorrem problemas com o sinal de internet devido a altura das árvores. Quando existe o corte, o sinal fica melhor. Quando as árvores crescem, o problema do sinal se repete. Através da AQSUL, em reunião com a empresa de celulose, foi pedido a instalação de uma nova torre para sinal de celular e internet em uma outra parte da comunidade, porque a torre já instalada não consegue atingir toda a comunidade por conta da presença do eucalipto - quando está alto. A manutenção da estrada, sempre citada e reclamada: é requerido da empresa que dentre várias colocações, molhe com carro pipa a estrada devido a poeira que se levanta com a passagem dos caminhões, por exemplo. Porém, a empresa nem sempre dá o retorno devido à comunidade. A entrevistada acredita que com a titulação coletiva do território, será possível extinguir a plantação de eucalipto no seio do território e dessa forma, melhorar a qualidade de vida da população local, já que a empresa possui terras na comunidade, como pode ser observado na figura 8.

Figura 8- Mapa da análise de sobreposição de terras na Comunidade Quilombola Rio do Sul e Cândido Mariano



Fonte: INCRA, 2021.

A comunidade atribui a invasão das mariposas, gongo e escorpiões à presença do eucalipto e uso de defensivos como o Roundup² e o Scout². Segundo um dos entrevistados, esse último produto é mais danoso porque resseca o solo. O entrevistado relata que os valores obtidos com a venda de sua produção orgânica variam de acordo com o preço do mercado, e que o maxixe e o quiabo são mais resistentes aos períodos mais quentes e que dessa forma o retorno financeiro é melhor. A utilização da forma agroecológica melhorou em vários aspectos a produtividade do entrevistado e bem como o retorno financeiro também. Porque não é necessário investimento em defensivos pois a produção é totalmente natural, segundo o produtor.

Foram implantadas na comunidade 112 caixas de abelhas oriundas de um projeto da Suzano - Projeto Colmeias - em comunidades no extremo sul da Bahia. Na comunidade doze produtores trabalhavam no apiário para produção de mel. Porém no mês de outubro a mesma empresa que implantou o projeto, pulverizou seu cultivo de eucalipto e matou todas as abelhas da comunidade Rio do Sul. A produção de mel era repassada para uma empresa que, segundo o produtor entrevistado, é destinada à exportação.

O entrevistado C aborda que o convívio entre os membros da comunidade e aqueles que também possuem terras, mas que não são descendentes de ex-escravos, não é ruim, porém também não existe uma certa “parceria” entre eles com a comunidade. A visão daqueles não é coletiva como a visão dos descendentes quilombolas.

O entrevistado relata não criar expectativas acerca da titulação coletiva das terras da comunidade para não ficar ansioso. Percebe-se que é um mecanismo até de defesa para continuar vivendo de forma tranquila. Trabalha na empresa da monocultura do eucalipto na cidade de Posto da Mata.

² **Roundup** e **Scout** são nomes comerciais de herbicidas cujo princípio ativo é o glifosato, utilizado no controle de plantas daninhas em atividades agrícolas; o Roundup foi originalmente desenvolvido pela Monsanto, atualmente pertencente ao grupo Bayer, enquanto o Scout é comercializado no Brasil por empresas do setor de agroquímicos, como a Nortox.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de territorialização da Comunidade Quilombola Rio do Sul é cheio de nuances que perpassam o enfrentamento às resistências do reconhecimento da comunidade no primeiro momento e com esse momento superado e o processo de demarcação das terras avançando no INCRA - o RTID já foi concluído e entregue à comunidade - só resta aqueles que possuem terras no território requerido pela comunidade, aguardar o avançar do processo de demarcação e o pagamento da indenização pelas benfeitorias feitas na terra. As múltiplas visões acerca do território (Santos, 2000), ficam nítidas ao compararmos o comportamento da empresa do monocultivo do eucalipto e aqueles que obtiveram terras no território com a forma dos membros da comunidade se relacionarem com a terra. Enquanto aqueles visam a obtenção do lucro através da exploração desmedida ignorando os fatores físicos e sociais do território, estes procuram construir, refundar um ambiente melhor para suas práticas sustentáveis de cultivos e de reprodução social.

O território conceituado por Souza (2000) no capítulo 01, estabelecido a partir das relações de poder e que tem um caráter atual político se formata a partir do capítulo 02 quando é explicitado as relações que formam o território da Comunidade Rio do Sul desde a fuga de alguns ex-escravos da Colônia Leopoldina - se estabelecendo nas terra de Rio do Sul - passando pelo duro processo de expropriação de suas terras por fazendeiros (chamados de externos), a chegada da indústria do eucalipto com mais expropriação de terras até o momento do pedido de certificação da comunidade perante a FCP e o atual processo de demarcação de terras no INCRA e a publicação do RTID. Mostra que todo esse processo não tem apenas caráter político, mas um sentido simbólico de resistência e apropriação dos direitos que pertencem à comunidade perante o poder público, privado e a sociedade em geral. Um ato de resistência diante de forças que sempre tentaram invisibilizar o povo negro quilombola, seus direitos e a reprodução de sua cultura.

Fica nítido durante a pesquisa teórica do capítulo 01 e 02 que a luta de uma comunidade quilombola por seu reconhecimento, sua história e a titulação de suas terras garantidas na Constituição de 1988 é um processo que se torna moroso por parte dos agentes públicos e conflituoso com partes opostas ao reconhecimento desses direitos. O poder público, seja ele na esfera municipal, estadual ou federal, é influenciado diretamente pela presença daqueles opositores às comunidades e, por muitas vezes, esses possuem grande influência na esfera do executivo do Estado brasileiro. Haja vista que existe uma bancada no congresso nacional

chamada de bancada do Boi - ou seja, ruralista, pertencente ao agronegócio. Estes influenciam em decisões que deveriam ser favoráveis às minorias - no caso, o povo quilombola - mas que nem sempre são contemplados. Como foi descrito no capítulo 02 e 03, o Estado que é responsável por garantir a implementação das políticas para as comunidades tradicionais, é o mesmo que fomenta a destruição da Mata Atlântica com políticas florestais dúbias e incentiva nessas mesmas áreas o cultivo da monocultura do eucalipto com a desculpa de um pseudo desenvolvimento econômico local que traz muitos prejuízos sociais, principalmente às comunidades quilombolas que possuem seus territórios em áreas cobiçadas para o consumo voraz das indústrias de celulose.

Os modos de vida tradicionais da comunidade foram e continuam sendo impactadas pelo monocultivo do eucalipto no seio do território. Este, reivindicado perante o poder público para demarcação e titulação coletiva de suas terras e fica evidente o desconforto com a paisagem marcada pelo monocultivo que, segundo os membros entrevistados, não trouxe e não traz benefício algum de transformação benéfica à população. Pelo contrário, poucos membros são absorvidos como mão de obra para a empresa de celulose, tendo até que morar fora da comunidade para tal. Conflitos socioambientais são gerados no relacionamento com a empresa papelreira. São citados pela comunidade a invasão de insetos que, antes do monocultivo, não existia. Interferências no cotidiano como por exemplo, algo tão básico nos dias atuais como o sinal de celular e internet que expõe como a comunidade acaba sendo isolada contato com outros locais por uma questão que aparenta fácil solução. Estes, intensamente influenciados pela presença do eucalipto que, com suas copas altas, impedem que os sinais de celular e internet fluam com normalidade em todo o tempo na comunidade. Também foi evidenciado como a empresa também desenvolve práticas antagônicas nas comunidades. O caso da mortandade das abelhas deixa bem visível a falta de preocupação com a comunidade, deixando 12 produtores de mel sem esse trabalho e renda. E ao ser questionada, não respondeu de forma contundente à comunidade e nem ofereceu uma solução prática até a conclusão desta pesquisa. As práticas da empresa se assemelham às práticas do poder público que também possui postura muito oposta ao esperado pela comunidade. Por mais que todo o processo de reconhecimento e titulação seja parte de uma política pública necessária, percebe-se no decorrer da pesquisa, que a indústria da celulose recebe incentivo e aval do Estado para atuarem, muitas vezes, em locais de moradia de comunidades tradicionais.

Por fim, as entrevistas evidenciam a esperança dos membros da comunidade acerca da titulação coletiva porque a comunidade poderá extinguir o eucalipto de seu território e ocupar

essas áreas com agricultura familiar e criação de animais para consumo próprio. Segundo eles, a titulação dará liberdade para a comunidade sobreviver e produzir sua agricultura familiar. A titulação é o último estágio do processo de demarcação das terras quilombolas e possibilitará a prática sustentável da agricultura familiar, e dessa forma a amenização ou até, a solução de problemas ambientais relatados no seio da comunidade. Pois o modo de vida identificado na comunidade não aparenta ser nocivo à fauna e flora local. Pelo contrário, as propostas dos quilombolas entrevistados privilegiam a reprodução de seus modos de vida saudáveis ao meio ambiente. A possibilidade da construção de um corredor natural da Mata Atlântica entre as comunidades é um exemplo do desejo de investir na fauna e flora nativa como melhoria de vida da comunidade, juntamente com as demais. A titulação coletiva é o caminho para a sustentabilidade do âmbito das comunidades quilombolas do território de identidade do extremo sul da Bahia.

Em 2013 foi posto os pés pela primeira vez na Comunidade Quilombola Rio do Sul, e um primeiro contato que hoje pode-se chamar de errado, foi estabelecido. A comunidade estava passando por um momento de conflito e uma tentativa de divisão, que só pôde ser entendida posteriormente quando houve a oportunidade de conversar com o líder da AQSUL. Esse contato “errôneo” ocorreu por indicações erradas de algumas pessoas que foram procuradas por já terem algum contato na comunidade. Passado esse fato, o contato com a comunidade foi estabelecido e a relação foi aumentando com participações em reuniões da AQSUL. Com a participação das reuniões e conversando com os membros da comunidade, o entendimento da luta pela titulação coletiva das terras foi se engendrando e o valor que pesquisa teria socialmente para a comunidade foi vislumbrado. Então após uma visita, a decisão de pesquisar sobre Rio do Sul foi tomada, principalmente por não achar muito material acadêmico escrito na mesma proporção que Helvécia possui. A história das comunidades da Bacia do Rio Peruípe está intimamente ligada, porém, a produção acadêmica de Helvécia é maior e esse fator impulsionou o pesquisador a desenvolver a pesquisa com a comunidade Rio do Sul.

Naquele momento, em 2013, o relatório antropológico para o RTID ainda não estava elaborado. A perspectiva era que esta produção científica - a dissertação - pudesse ser utilizada para auxiliar no processo de titulação das terras. Por motivos particulares a pesquisa não foi finalizada naquele momento. O processo de elaboração do RTID seguiu, o relatório antropológico foi feito e, ao retomar a pesquisa em 2021 no PPGCS, o material produzido pelo INCRA - o relatório antropológico e vários mapas - estava pronto e subsidiou a presente pesquisa.

As visitas de campo foram feitas sem grandes problemas a não ser a falta de transporte regular para a comunidade. Dependia-se da disponibilidade do líder da AQSUL para chegar ao território, o que restringia também, as entrevistas, haja vista que a comunidade possui mais de 60 famílias. Porém, o pesquisador foi recebido com muito respeito e curiosidade do porquê da pesquisa na comunidade. Sempre foram pontuados os motivos e o sentimento de justiça pela titulação coletiva das terras que moviam o pesquisador. As entrevistas sempre foram muito fluidas e cheias de detalhes que rememoram os períodos na infância que foram em zona rural com o falecido e amado avô do pesquisado, que era gerente de uma fazenda de um grande político baiano e posteriormente, nas terras que ele comprou para trabalhar e viver a vida que ele gostava. Essas memórias afetivas mexeram foram intensas e me deram um senso maior de responsabilidade na pesquisa por estar escrevendo sobre vidas, pessoas, cidadãos que estão lutando pelo reconhecimento e efetivação de direitos.

Os objetivos foram alcançados de acordo com o desejado. Apenas sentiu-se falta de acesso e disposição da empresa de celulose que, possui terras no território requerido pela comunidade, em ceder uma entrevista. O contato feito por e-mail demorou para ser respondido e com uma mensagem simples que não ajudou na participação na pesquisa.

Conclui-se que a titulação coletiva - objetivo do processo da comunidade no INCRA-, possa contribuir para a vida dos quilombolas de Rio do Sul e que dessa forma, a comunidade consiga amenizar os impactos do monocultivo do eucalipto no território e práticas sustentáveis possam continuamente serem aplicadas e assim, melhorar a qualidade de vida da comunidade. Espera-se que este trabalho possa contribuir para referência da comunidade em ambientes acadêmicos e no processo de documentação da história da Comunidade Quilombola Rio do Sul.

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AMORIM, R. R.; OLIVEIRA, R. C. Degradação ambiental e novas territorialidades no Extremo Sul Da Bahia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 22, p. 18–37, 2007.
- ARRUTI, J. M. A. **MOCAMBO** – História e Antropologia do Processo de Formação Quilombola. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2006.
- BAHIA. Decreto nº 11.850. Institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos e dispõe sobre a identificação, delimitação e titulação das terras devolutas do Estado da Bahia por essas comunidades, de que tratam o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado da Bahia de 1989. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Dec11850.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- BAHIA. Decreto nº 7.396, de 4 de agosto de 1998. Institui o Programa de Fomento Florestal para o Estado da Bahia – Florestas para o Futuro e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/78867/decreto-7396-98>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Região de Planejamento e Gestão das Águas – RPGA III: rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu*. Salvador: INEMA, 2014. Mapa. Elaborado com base no Plano Estadual de Recursos Hídricos (2004) e no Banco de Dados do INEMA. Disponível em: https://www.ba.gov.br/inema/sites/site-inema/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/files/III-RPGA-DOS-RIOS-PERUIPE-ITANHEM-JUCURUCU.pdf. Acesso em 19 dez. 2023.
- BAHIA. Lei nº 6.569, de 17 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política florestal no Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85852/lei-6569-94?print=true>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BRAGA, P. C. R. Das Narrativas do Quilombo Rio do Sul – Nova Viçosa / BA. Relatório Antropológico Final. Recife: INCRA, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6049.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRITO, C. de C. da T. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARMO, A. F.. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850–1888*. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

FARIAS, E. da S. **Mudanças no uso do solo e comportamento hidrológico das bacias hidrográficas dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu, Bahia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Porto Seguro, 2020.

FERNANDES, B. M. Sobre tipologias e territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidades, reforma agrária e desenvolvimento. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-10, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27064/14691>. Acesso em: 9 dez. 2023.

GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Dados das comunidades quilombolas do Estado da Bahia**. Salvador: IGEO/UFBA/CNPq, 2006. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 12 dez. 2020.

GOMES, L. M. F. C. **Hélvécia** – homens, mulheres e eucaliptos (1980 – 2005). 2009. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [Informações sobre Nova Viçosa – histórico]. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/nova-vicosa/historico>. Acesso em: 2 jan. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). [Informações sobre comunidades quilombolas]. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 5 out. 2013.

KOOPMANS, Pe. José. **Além do eucalipto: o papel do extremo sul**. Salvador: BDA, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MONTI, J. L. **Compartilhando o Vale do Peruíbe**: pesquisa socioambiental com moradores, pescadores e extrativistas artesanais ribeirinhos da Comunidade de Rio do Sul - Nova Viçosa - BA. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Departamento de Educação do Campus X, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, 2006.

MORAES, A. P. As comunidades tradicionais quilombolas na perspectiva dos Direitos Humanos: uma análise do Quilombo de São Francisco do Paraguaçu - Ba. In: ROCHA, J. C. S. (org.). **Direitos Humanos em perspectiva**: desafios jurídicos emancipatórios. Salvador: Edufba, 2019.

MOREIRA, T. J. R. V.; SANTOS, M. R. dos; MOREIRA, A. L. **Estatística básica**. Teresina: EdUESPI, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT**. Brasília, DF: OIT, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PRADO JR. C. **História econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

ROCHA, J. C. S.; SILVA, R. N. da. A terra, o homem e a luta quilombola/Lan, Man and the quilombola struggles. **Revista Contorno**, v. 01, p. 42-52, 2013.

SALVADOR, D. S. A Geografia e o método dialético. **Sociedade e Território**, v. 24, n. 1, p. 97-114, 2012.

SANTOS, J. P. O. de; SOUZA, E. B. Acesso à terra: o Estado Brasileiro e as violações de direitos humanos nas comunidades quilombolas do Território de Identidade do extremo sul da Bahia. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Paulo Afonso, v. 8, n. 13, e132019, 2020.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 12., 2000, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2000.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA (SEPLAN). [Página institucional]. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SERPA, A. O trabalho de campo em Geografia: Uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p.7-24, 2006.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). [Página institucional]. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO DO SUL



CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa **COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO DO SUL - NOVA VIÇOSA / BAHIA: CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS**, sob a coordenação e a responsabilidade do pesquisador mestrando **JOÃO PAULO DE OLIVEIRA SANTOS** E ORIENTAÇÃO do Prof. Dr. **LEANDRO GAFFO** do curso de mestrado de Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, o qual terá o apoio desta Instituição.

Nova Viçosa, BA 22 de novembro de 2022.

Benedito dos Santos Quintiliano
Comunidade Quilombola Rio do Sul - Nova Viçosa Bahia

Associação Quilombola Rio do Sul
Nova Viçosa - BA
CNPJ: 10.640.807/0001-43
Data ____/____/____

PRESIDENTE



Sítio Deus Ajuda, S/N
Comunidade Quilombola Rio do Sul - Nova Viçosa Bahia